

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 05-4-2021.

---

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Neli Miotto, presidente da Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, e a Gislene Sapata Rodrigues, presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 10ª Região, que se pronunciaram acerca da situação das bibliotecas municipais e da necessidade de concurso para bibliotecário no Município de Porto Alegre. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Pedro Ruas, Reginete Bispo, Matheus Gomes, Daiana Santos e Alexandre Bobadra manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Após, por solicitação de Pedro Ruas e Cassiá Carpes, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Homero Cavalheiro e a Miguel Cecílio Neto. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Bruna Rodrigues e Cassiá Carpes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Leonel Radde, José Freitas, Ramiro Rosário e Karen Santos. Em prosseguimento, foi aprovado requerimento verbal formulado por Lourdes Sprenger, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Reginete Bispo, Daiana Santos, esta em tempo cedido por Bruna Rodrigues, Lourdes Sprenger, Moisés Barboza, Pedro Ruas e Psicóloga Tanise Sabino. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mari Pimentel, Alexandre Bobadra, Mauro Pinheiro e Claudio Janta. Às dezesseis horas e cinquenta minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 076/20 (Processo nº 0184/20). Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado, em sua parte vetada, o Projeto de Lei do Executivo nº 018/20 (Processo nº 0277), por vinte votos SIM e quatorze votos NÃO, considerando-se rejeitado o veto parcial oposto, após ser discutido por Felipe Camozzato, Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Jessé Sangalli, Bruna Rodrigues, Leonel Radde, Giovane Byl, Mauro Pinheiro, Ramiro Rosário, Jonas Reis, Claudio Janta e Mari Pimentel e encaminhado à votação por Aldacir Oliboni e Jessé Sangalli, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas,

Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Giovane Byl, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Às dezessete horas e cinquenta e três minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Boa tarde a todos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e quatro Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores presentes

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Há quórum. Passamos à

#### **TRIBUNA POPULAR**

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Rio-Grandense de Bibliotecários (ARB) e do Conselho Regional de Biblioteconomia da 10ª Região (CRB-10), que tratarão de assunto relativo à situação das bibliotecas municipais e a necessidade de concurso para bibliotecário no Município de Porto Alegre. O tempo regimental de 10 minutos para a manifestação será dividido entre duas oradoras: a Sra. Gislene Sapata Rodrigues, presidente do CRB-10, e a Sra. Neli Miotto, presidente da ARB, estão com a palavra.

**SRA. GISLENE SAPATA RODRIGUES:** Boa tarde a todos, Exmos. Vereadores. Gostaria de fazer uso desta tribuna, buscando trazer algumas questões atinentes à questão do livro e da biblioteca no Município de Porto Alegre. Excelentíssimos Vereadores e demais autoridades presentes, assessores e expectadores da sessão na TVCâmara, boa tarde. Após um março intenso de comemorações alusivas ao Dia do Bibliotecário, transcorrido no dia 12, entramos no mês de abril, que é conhecido por ser o Mês do Livro porque abarca inúmeras datas, desde o 2 de abril, que é o Dia do Livro Infante-Juvenil; 18 de abril, Dia Nacional do Livro; dia 23, Dia Mundial do Livro e do Direito de Autor, instituído pela UNESCO. Mas, entre tantas comemorações, a que ocorre na próxima sexta-feira é que destaco, dia 9 de abril, no qual é comemorado o Dia Nacional da Biblioteca. Biblioteca, espaço imprescindível em uma sociedade, marcada por tanta desinformação, propagação de *fake news*; biblioteca, tão valorosa num País que mais do que nunca precisa de ciência, educação e saúde. As bibliotecas físicas e virtuais tornam-se espaços de reunião, organização, disponibilização e informação para a saúde, um ponto nefrálgico no Brasil que acumula

330 mil vidas perdidas. Vamos lembrar uma outra data, na semana passada, Porto Alegre completou seus 249 anos, uma cidade com uma riqueza cultural impressionante na qual o Plano Municipal do Livro e da Leitura, luta grande desse plenário, inspira cidades Brasil afora com políticas públicas relativas ao livro e à leitura nos municípios. Mas o Plano segue de alguma forma engavetado – a gente não consegue atribuir e verificar de que forma esse Plano está sendo colocado em prática, apesar de termos vários mecanismos, como o Conselho Municipal de Cultura. Uma cidade como Porto Alegre que tem a maior feira a céu aberto da América Latina, uma cidade como Porto Alegre que é berço de nomes, nacional e mundialmente conhecidos, de autores que fazem da literatura porto-alegrense escrita aqui neste chão uma das conhecidas e mais importantes dentro do cenário da literatura nacional. Uma cidade que tem uma cadeia produtiva do livro e que conta com editoras de qualidade irretocável, como por exemplo, a Editora Projeto e a Editora Pil, tantas livrarias locais com imensa presteza de atendimento e também com qualidade de acervo inigualáveis. Porto Alegre precisa fomentar as peças que tornam esta cidade leitora, e uma dessas peças são as bibliotecas. As comunitárias, como as pertencentes à rede Beabah!, que desempenham um papel importante de democratização da informação nas periferias da nossa cidade e lutam contra IDH baixos, criminalidade alta, reconhecendo potencialidade das comunidades enquanto detentoras e produtoras de cultura. A nossa Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães, com tantas dificuldades e alagamentos, tem se tornando um exemplo de espaço de democratização à comunidade porto-alegrense. Em 2021, observou-se também, em Porto Alegre, a tentativa de desmantelamento da biblioteca da SMAMS – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo -, revertida a partir de pressão popular da sociedade civil e da Frente Parlamentar do Livro, da Leitura e da Escrita, na figura do Ver. Matheus; estadual, na figura da deputada estadual Sofia Cavedon, e na Frente Federal de Incentivo à Leitura, a nossa bibliotecária registrada no nosso Conselho Regional de Biblioteconomia, deputada federal Fernanda Melchionna. Alerto este plenário em relação à situação delicada em que se encontra a biblioteca da Secretaria Municipal de Educação, e dirijo-me às senhoras e aos senhores com o intuito de salvaguardar essa importante biblioteca, especializada na área de educação, que presta assessoria a toda rede municipal, não apenas no preparo técnico das obras, bem como no desenvolvimento de projetos consagrados, como Adote um Escritor, um programa de formação literária na educação básica que inspira tantas outras iniciativas no País, inclusive premiado nacionalmente. Exigimos que os senhores vereadores tomem alguma providência, visando preservar a biblioteca da SMED, como também proporcionar melhorias em infraestrutura, incluindo atualização do acervo, contratação de profissionais bibliotecários, técnicos em biblioteconomia, visando ao bom funcionamento para que esse espaço potencialize e contemple as reais necessidades, percebendo esse espaço como ponto vital na melhoria dos índices de letramento literário dos estudantes atendidos pela rede municipal de Porto Alegre. Agradeço a todos pela escuta.

(Não revisado pela oradora.)

**SRA. NELI MIOTTO:** Boa tarde a todos e todas. Estou representando a Associação Rio-Grandense de Bibliotecários. Saúdo, primeiramente, o Presidente da Câmara, Ver. Márcio Bins Ely; também saúdo o presidente da Frente Parlamentar do Livro, da Leitura e da Escrita, Matheus Gomes; demais vereadores, senhoras e senhores. A Associação Rio-Grandense de Bibliotecários tem como objetivo congrega os profissionais bibliotecários, técnicos e estudantes de biblioteconomia, desenvolver atividades de qualificação e aperfeiçoamento no universo biblioteconômico. No dia 12, comemoramos o Dia do Bibliotecário - hoje fazemos uso desta tribuna para apresentar algumas das vitórias e as demandas dessa profissão que vem sendo castigada com o desmantelamento dos seus espaços de trabalho, as bibliotecas. Para comemorar o Mês da Biblioteca e o Dia da Biblioteca, agora no dia 9 de abril, infelizmente, nos vemos na obrigação de denunciar a falta de políticas públicas para aquelas que são verdadeiros espaços de conhecimento de uma sociedade. Recentemente, tivemos a tentativa de desmantelamento da biblioteca da SMAMS e, pelo movimento da sociedade civil que a criou, através do Orçamento Participativo, esse mesmo movimento da sociedade civil fez resistência e fez com que o governo municipal recuasse na proposta de transferir essa biblioteca para outro bairro, no qual não teria uso nem a sensação de empoderamento daquela comunidade. Na semana passada, ainda recebemos as notícias de mais um processo de desmantelamento, dessa vez com a biblioteca da SMED. E aqui fazemos um apelo à secretária Janaina para que ouça a comunidade para a qual foi indicada a trabalhar, que conheça a história, as ações e a oportunidade de pesquisa dessa que foi uma das bibliotecas de referência nacional na área da educação. Muitos estudiosos utilizaram essa biblioteca para suas pesquisas, planos e formulações de políticas para a educação brasileira. Como se não bastasse, ainda no mês do bibliotecário, tivemos que conviver com ataque da Unipampa de Itaquí, onde um grupo de pessoas fundamentalistas, com preceitos políticos e ideológicos que incita a intolerância e o confronto, se utilizando dos símbolos nacionais, desmerecendo o trabalho da universidade pública, com críticas vazias e levianas, atentando contra a educação pública e a democracia, o conhecimento, a ciência e as bibliotecas. Tais atos se traduzem em atos de autoritarismo, de negação da ciência e de desconhecimento das atividades realizadas dentro das universidades e dentro das bibliotecas. Em Porto Alegre, a ARB faz parte do Conselho Municipal do Livro e da Leitura que vem sofrendo com o esvaziamento por parte do poder público, que não indica seus representantes a assumirem as vagas no Conselho e, desta forma, não possuímos quórum para deliberar e legitimar as ações propostas, inclusive os editais para a promoção da cadeia do livro, da leitura e da literatura. Ainda é importante destacar que a gestão municipal de 2020, quando os recursos eram extremamente escassos, o que ainda ocorre hoje, os poucos oriundos das emendas parlamentares acabaram sendo represados nas mãos da Procuradoria ou não foram liberados a tempo de serem executados. O livro, a leitura e as bibliotecas ficaram ao léu, ficaram em último plano em uma cidade que já foi referência nacional na construção e implantação do Plano Municipal do Livro e da Leitura. Precisamos urgentemente executar políticas públicas para o setor do livro e das bibliotecas; propomos a criação de um sistema de bibliotecas

na cidade, como o mapeamento de locais e serviços ao cidadão, pois teremos muito a fazer na pós-pandemia, como a indicação de postos de trabalho, a disponibilização de internet e no auxílio da elaboração de currículos, principalmente para as classes C e D, que não têm acesso à informação e ao sistema público de internet. Pensar em um sistema de bibliotecas que congregue as bibliotecas particulares, as bibliotecas municipais, as públicas e as comunitárias é pensar em unir esforços em uma única direção e, de forma coletiva, fazermos com que os espaços de conhecimento estejam abertos para a comunidade. Lembro principalmente das bibliotecas comunitárias que, durante a pandemia, têm feito um trabalho exemplar de distribuir alimentos para o corpo e para a alma, com cestas básicas e livros. Essas bibliotecas estão atuando nas comunidades que sentem a ausência do Estado. Por fim, queremos dizer que hoje, em Porto Alegre, nós temos 17 vagas de bibliotecário em aberto, sem um profissional para atuar nesses espaços que são muito importantes. Mais uma vez nos remetemos à Secretaria de Educação para que possamos avançar em uma proposta de concurso para suprir essas vagas e, ainda mais, precisamos atender à Lei nº 12.244, da universalização das bibliotecas escolares que prevê um bibliotecário em cada biblioteca.

A lei está em vigor, e o Município precisa se movimentar para cumpri-la. Ainda, reafirmando nosso compromisso no aprimoramento contínuo a partir da escuta e nos apresentar à sociedade que somos um grupo de mobilização em defesa das bibliotecas, equipamentos vitais para a construção de uma sociedade onde ninguém fique para trás, não queremos uma sociedade que se apequene, que se engane a si mesmo ou que desconhece a sua cultura, uma cidade que não frequenta museus, mas enche a boca para dizer que isso é ou não é arte, uma cidade que não lê, mas faz uma lista de livros a serem proibidos. Se ler é um ato político, hoje, mais do que nunca, precisamos que todos tenham acesso à informação real e verdadeira, sem sensacionalismo ou *fake news* para que as decisões possam ser tomadas de forma transparente e sem temor. Em um ano de retrocessos políticos, sabedores da pandemia, cabe decidir com que tipo de informação queremos atuar, pois ler ressignifica uma vida. A leitura nos proporciona a descoberta de possibilidades, de reescrever e reconstruir a história e a trajetória. Para nós, ler é resistir - o livro, a leitura e as bibliotecas são resistência. O momento é difícil e mundialmente precisaremos nos apoiar para sobreviver e lembrar que, quando a dor no corpo é pesada, a leitura nos ajuda a acalantar a alma e minimizar a dor física. Em um período de retrocesso das políticas públicas e das bibliotecas, a ARB seguirá defendendo as bibliotecas como um direito de todos. Também queremos deixar registrado que seguiremos lutando para que os profissionais da educação, os professores, as pessoas que atuam nas bibliotecas possam ter prioridade na vacinação. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente, esclarecendo, estou falando pela oposição, não é pelo PSOL. Eu quero, nesses breves minutos, dizer que foi muito importante a presença das duas representantes de um setor da maior relevância. Ao longo da história da humanidade o que preservou e levou adiante o nosso conhecimento foram as bibliotecas. Isso fez uma diferença enorme no desenvolvimento. O ser humano – e eu li um trabalho importante sobre isso, aliás, dois que eu gostei muito – nasce sem a cultura na genética, sem o conhecimento armazenado nos seus genes. Claro que isso é transmitido posteriormente, e as bibliotecas aí tem um papel preponderante e fundamental. Não cuidar das bibliotecas é não cuidar das pessoas. Eu acho que a Neli Miotto colocou muito bem o papel da biblioteca, inclusive com a sua frase : “Ler é resistir.” Então, eu saúdo, em nome da oposição, com muito orgulho, a presença de vocês. E, com certeza, nos engajamos nessas lutas, particularmente essa de manter a biblioteca da SMED. Um forte abraço, sejam bem-vindas.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Ver. Pedro Ruas. A Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADORA REGINETE BISPO (PT):** Boa tarde, Presidente, boa tarde, colegas, vereadores e vereadoras, me inscrevi para parabenizar as colegas Neli e Gislene que vieram aqui ocupar a tribuna e dizer da importância das bibliotecas no processo de acesso à informação, acesso ao conhecimento, ao gosto pela leitura. Nós sabemos que isso faz uma diferença enorme na vida das crianças, da juventude e de todos os seres humanos que vivem e convivem de forma socializada. Quero dizer que, no último período, infelizmente, a gente vem vendo esses setores da cultura e do acesso ao conhecimento massacrados, abandonados no nosso País e na nossa cidade. Então acho justa a reivindicação de vocês, da ARB e do CRB em estar reivindicando concurso, quadros, pessoas qualificadas para estarem acompanhando. Num país em que nossos governantes aumentam o imposto sobre livros de forma assustadora e isentam os impostos sobre as armas, nós devemos, sim, somar todos os esforços no sentido de defender as nossas bibliotecas, de fortalecer as nossas bibliotecas, porque sem leitura não há conhecimento. Conhecimento sempre foi, mas especialmente na atual conjuntura, conhecimento é resistência, porque aqueles que não acreditam no povo, especialmente o povo periférico, apostam na ignorância. Então, viva as bibliotecas, as bibliotecas públicas e os profissionais bibliotecários.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Obrigado, Presidente, quero cumprimentar a Gislene, a Neli e toda a comunidade de bibliotecários e bibliotecárias. Quero dizer que é muito importante ouvir as demandas de vocês na Câmara de Vereadores. As bibliotecárias e os bibliotecários têm um papel estratégico na democratização do acesso ao conhecimento e é preciso que a gente valorize cada vez mais essa profissão. Eu gostaria de falar rapidamente de alguns temas. Primeiramente, colocar a importância da demanda que vocês trouxeram de abertura de concurso. Em nível municipal e estadual a gente vive uma situação muito complicada, são mais de cem profissionais da área que se formam anualmente e não encontram disponibilidade de trabalho na rede pública. No Estado, por exemplo não tem abertura de concurso desde a década de 90. Então, esse é um tema que nós precisamos pensar com muito cuidado nos próximos anos para fortalecer a rede municipal de ensino.

Outra questão é o papel que as bibliotecas vêm cumprindo em meio à pandemia. A Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães, por exemplo, tem feito, durante a pandemia, um trabalho de abrir o seu acervo para locação com todo o esforço do seu corpo técnico. Acho exemplar que a gente saiba disso, são centenas de livros que continuam sendo alugados a cada mês no esforço de colocar a população, nesse momento tão difícil, em contato com a literatura, o que é muito importante. A mesma coisa tem sido feita pelas bibliotecas comunitárias aqui em Porto Alegre. Conheço de perto e acompanho o trabalho da Biblioteca Comunitária. Ágatha Félix, a rede Emancipa - muitas companheiras do PSOL também estimulam e incentivam o trabalho com bibliotecas comunitárias na Zona Norte, na Santa Rosa. E elas estão cumprido um papel para muito além do acesso à democratização do livro e da leitura. Estão fazendo campanha de solidariedade, arrecadando cesta básica, ajudando na estratégia de sobrevivência do nosso povo neste momento.

Por fim, eu quero fazer um convite a esta Câmara de Vereadores para fortalecer a Frente Parlamentar do Livro, da Leitura e da Escrita. Porto Alegre tem um Plano Municipal do Livro e da Leitura que foi construído pelos movimentos da comunidade do livro com a Câmara de Vereadores, aprovado por unanimidade inclusive. É fundamental que nesta legislatura que se inicia agora, os vereadores do conjunto dos partidos se sintam convidados a participar desta frente parlamentar para que a gente lute por políticas públicas efetivas para a democratização do livro e da leitura na cidade de Porto Alegre, um setor muito importante que não tem como sobreviver apenas de emendas parlamentares, de iniciativas isoladas de um ou outro vereador, não pode. A gente está falando de um aspecto que é fundamental para a nossa juventude e para a nossa população negra de periferia que é a possibilidade de acesso ao conhecimento.

Então, faço aqui esse convite a todos os vereadores e vereadoras a participarem e fortalecerem a frente parlamentar e atuem junto com movimentos como CRB-10, ARB que cumprem um papel fundamental aqui na nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Boa tarde colegas vereadores e vereadoras, minha saudação especial à Neli e à Gislene, em nome delas, saúdo, enquanto bancada do PCdoB, todos os bibliotecários. Venho saudar a presença de vocês aqui, gurias, porque é superimportante este tema – vir até esta Casa – porque a gente está falando da democratização da informação, a gente está falando das possibilidades reais de acesso e libertação de um indivíduo, a partir do momento em que ele tem um livro como parceiro, como amigo. A gente vê esse retrocesso diante dos investimentos em educação e isso quer dizer muito. E quando vocês se colocam tão fortemente nesse enfrentamento, doando toda essa *expertise* e se colocando à disposição para essa transformação real, eu penso: esse é o caminho. A libertação só vai chegar a partir do momento em que nós tivermos o real conhecimento de quem somos e do lugar que ocupamos. Nisso, a leitura tem o papel fundamental, democratizar essa informação e fazer desse um movimento acessível, principalmente nas comunidades, é garantir que as pessoas possam ter de uma forma para além daquele cotidiano educacional de aprendizado, mas algo que possa, em definitivo, trazer a esperança de volta através – isso é muito importante – do protagonismo e da emancipação.

Eu quero agradecer vocês por terem vindo aqui, quero colocar a nossa bancada à disposição e o meu mandato assim como também a Bruna Rodrigues já se faz, pelo fato de sermos uma bancada do PCdoB, representada neste espaço. Colocamos-nos à disposição; sim, estamos nessa luta com vocês. E digo que é fundamental que todos e todas se coloquem à disposição para isso. Se a gente quer, em definitivo, criar o protagonismo e a emancipação de um povo, a gente precisa deliberar, organizar numa perspectiva de que os livros fazem parte dessa construção. E assim também saúdo a biblioteca pública comunitária que fica localizada no bairro onde moro, a Biblioteca Comunitária Visão Periférica, cuja gestão meu parceiro Sidney Júnior Costa Bispo faz muito bem, tocando para além de compartilhar livros, além da leitura, toca algumas ações que fazem, agora neste momento, total diferença. Quero agradecer muito vocês por terem vindo aqui, contem conosco; é um prazer realmente saber que temos parceiras assim tão aplicadas e dedicadas para essa mudança, para essa transformação. Um enorme abraço.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Boa tarde a todos. Meus cumprimentos à colega bibliotecária que representa esse setor tão importante do nosso magistério municipal. Tive o privilégio de ser professor no curso técnico de contabilidade no Colégio Estadual Coronel Afonso Emílio Massot, aqui próximo aqui

da Câmara de Vereadores. Eu verificava que lá naquela escola o professor terminava de cumprir a sua carga horaria dentro da biblioteca. Por isso sou, sim, a favor da contratação de profissionais específicos para trabalhar na área de biblioteconomia. Quem não conhece acha que é fácil chegar ali e organizar um monte de livro. Biblioteconomia é uma faculdade na qual se aprende técnicas para organizar livros, e as mais diversas estratégias de organização de um espaço tão importante. Sou, sim, a favor da realização de um concurso público específico para essa área e que nós possamos colocar na cabeça das nossas crianças menos ideologia e mais português, matemática, literatura.

Agora nós estamos na questão educação por habilidade, por competência; então o importante aí é essa interação entre o coordenador pedagógico, o coordenador acadêmico e quem trabalha na biblioteca. Eu lembro que quando eu fiz o meu ensino fundamental no Colégio Estadual Professor Otávio de Souza nós aprendemos a cantar o hino da escola: “Otávio de Souza é a escola que me ensina ser feliz, é mensagem de amor, de trabalho e dedicação; é o patrono, Otávio de Souza, o futuro da Nação”. E a professora que trabalhava na biblioteca conhecia todos os alunos pelo nome. Tu entregavas um livro para ela e ela dizia: este aqui tu vais gostar também”. Incentivava o aluno a pegar livro na biblioteca.

Quem trabalha nessa parte de biblioteca, trabalha com carinho, porque conhece mesmo. Então, eu quero parabenizar a colega pela excelente fala. E incentivar que haja concurso público específico para quem trabalha na biblioteca para poder interagir com a coordenação pedagógica e com a coordenação acadêmica. Um abraço a todos e parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Agradecemos a presença da Sra. Gislene Sapata Rodrigues, presidente do CRB-10, e da Sra. Neli Miotto, presidente da ARB. Reitero a importância, referenciada por todos que me antecederam, da biblioteca, da leitura e do livro; eu mesmo tenho um projeto de lei do banco do livro. A importância do bibliotecário no contexto da organização das bibliotecas, enfim. Agradeço pela oportunidade do convívio entre nós e aguardamos vê-las, em breve, numa próxima oportunidade. Muito obrigado.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Homero Cavalheiro, professor esportista, foi técnico do Sport Club Internacional. Meu amigo pessoal, sempre fui amigo de toda a família Cavalheiro - fui colega de escritório da irmã dele.

**Vereador Cassiá Carpes (PP) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Miguel Cecílio Neto. Ele tinha uma loteria em frente à Redenção, frequentador do parque. Um grande amigo, cidadão, desportista que também nos deixou.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

Passamos ao

## **GRANDE EXPEDIENTE**

A Ver. Bruna Rodrigues está com a palavra em Grande Expediente

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Boa tarde a todos e todas; boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas. É a primeira vez que eu utilizo essa ferramenta do Grande Expediente, e é com muita felicidade. Eu quero aqui dividir um pouco da minha história e do meu encontro com a política com todos e todas. Eu fico pensando, aqui, Presidente, e volto no tempo, naquela menina, lá na Vila Cruzeiro, aquela que gostava de ficar sentada no cordão da calçada, que gostava de jogar futebol, que gostava de jogar bolita, taco, que tinha a escola como uma base importante, porque, como muitos adoram dizer, eu adorava ir para a escola para comer merenda, eu adorava a escola porque lá também se encontravam os meus amigos, eu adorava a escola porque lá me sentia protegida. A escola é um refúgio para toda menina como eu, que tem a presença constante da violência doméstica, que tem na escola um lugar de aprendizado, mas também de constituição de um ente cidadão, dessa cidadania que eu carrego até aqui. A escola, Presidente, é um lugar onde todas as crianças têm os seus direitos garantidos pelo Estado, um espaço importante de combate à desigualdade.

Minha juventude foi desafiadora, foi muito difícil romper com o ciclo da violência, foi muito difícil romper com o lugar pré-estabelecido em que essa sociedade, estruturalmente racista, coloca mulheres negras como eu, oriunda das periferias da cidade. Parece que tem um lugar – sabe? – pré-estabelecido, aquele lugar onde a gente se encontra e em diversos outros lugares, esse lugar que garante o funcionamento desta Casa, da limpeza e da manutenção. Esse é o lugar que parece estar sempre ali posto para as mulheres como eu.

Eu sempre falo que eu trilhei um caminho muito difícil porque não tem modelo, não é, Presidente? Eu sou a primeira mulher da minha família a ingressar no nível superior; eu sou a primeira mulher da minha família a seguir os estudos. É como se a gente estivesse andando numa estrada sem luz, sabe? Quando tu vais Tateando - o caminho não tem modelo, a estrada é a gente que faz! E, felizmente, eu consegui, não sozinha, andar nessa estrada e fazer dela um campo de batalha, um campo de luta.

Como todos sabem, como alguns já ouviram, eu sou filha de empregada doméstica e de gari. Esse lugar é o nosso lugar. Eu não tenho tradição política, Presidente; eu tenho tradição de luta de mulheres, como a minha mãe, que é uma mulher batalhadora, que teve cinco filhos, o Luiz Brenner, o Marcos Rodrigues, a Mari, o Cauã e eu, que sou a do meio. Uma mulher de muita luta, que batalhou muito para que os seus cinco filhos pudessem se alimentar, para que ela pudesse cuidar e para que ela

não perdesse nenhum para a violência e para tudo que nos acessa e nos disputa quando não há a presença forte do Estado. Eu sou filha de um pai do coração, não biológico. A minha mãe é a Dona Virgínia, o meu pai é o Talito, um homem que dedicou 30 anos da vida à militância, dedicou à luta popular para que crianças como eu tivessem acesso à educação, tivessem acesso à cultura e ao lazer. Aqui eu faço referência à minha mãe e ao meu pai, que são pessoas que, para mim, são símbolos do povo brasileiro. A minha mãe é a expressão das mulheres negras periféricas, aquelas que não descansam nem por um momento para que a sua família, para que os seus filhos, para que o seu meio tenha chance, tenha condições de seguir vivendo.

Também, como todos sabem, sou mãe de uma menina que hoje tem 16 anos. Essa é a marca da minha revolução, do meu encontro com a política. Eu era só uma menina, aos 16 anos, e, como minha mãe, também não rompi a tradição da gravidez na adolescência: a minha mãe teve um filho aos 13; eu, aos 16 anos. Eu sempre falo dessa gravidez, eu sempre falo desse lugar, meus colegas, porque a gravidez na adolescência é observada somente pelo olhar biológico. É preciso olhar a gravidez na adolescência e entender o contexto social dessas mulheres. As meninas que são mães na comunidade menos violentadas socialmente. Aquele espaço nos cuida mais quando nós somos mães. Isso não é romantização da gravidez na adolescência; muito pelo contrário, essa sempre foi uma das principais batalhas que eu enfrentei. Então, como todos sabem, mãe da Camille, uma menina de 16 anos que lutou muito e marcou a minha vida, não só por ser alguém que eu tenho muito orgulho de dizer a sou mãe, mas também porque marcou o meu encontro com a política. Eu era só uma menina sentada no cordão da calçada quando uma outra jovem passava na vila onde eu morava, ali na Tronco, no acesso 16. Eu estava sentada amamentando, porque eu trabalhava de segunda a sexta no postão da Cruzeiro, meu primeiro emprego, na Cootravipa. Como minha mãe, segui aí na higienização, porque esse é o lugar que a sociedade sempre nos deixa disponível. Mas passou uma menina na minha rua, uma mulher, uma jovem que falava que a política deveria ser ocupada por mulheres como a gente, que a juventude não seria o amanhã se não fosse hoje. Aliás, a juventude da periferia muitas vezes nem chega no amanhã; a gente enfrenta a mortalidade da juventude negra e muitos de nós. Ver. Matheus, nem chegam aqui, não chegam sequer a lugar algum porque não têm a oportunidade de sair das nossas periferias. Mas nós chegamos e nós seguimos. E aquela guria que passava na minha rua, dizendo que a política precisava ser ocupada por nós, que tinha o *slogan* do “E aí? Beleza?” e que encantou muitos jovens com eu, era nada mais, nada menos do que a Manuela d’Ávila. Jamais eu imaginaria que ela seria uma parceira de lutas. Aliás, a minha irmã na luta, aquela que seguiu comigo até a minha chegada aqui.

Eu me emociono, Presidente, porque quando eu olho para trás, e depois olho para a frente, percebo que muitos não andam mais comigo, infelizmente; muitos ficaram para trás. Mas eu tenho muito orgulho de dizer que represento, aqui, essas mulheres que eu encontro nos corredores da Câmara, essas mulheres que simbolizam a minha mãe, Ver.<sup>a</sup> Reginete; essas mulheres que são as mulheres que nós sabemos que são símbolo da nossa luta e que fazem a gente dar sentido à nossa chegada.

Eu estou aqui pensando que a nossa chegada aqui é a prova de que a luta vale a pena. Eu lembrava lá, quando me encontrei com a Manuela e falei que a nossa pauta das mulheres da comunidade era o acesso à creche, porque a creche não é simplesmente o acesso da criança, ela também marca a liberdade das mulheres. E foi quando a Manuela disse que nós precisávamos nos organizar e que a gente fosse à luta conquistar, eu jamais pensei que daria certo. Aliás, eu pensei que ia conquistar a minha vaga na creche, que ia trabalhar e seguir a minha vida. Mal eu sabia que esse seria só o primeiro encontro com a luta. Eu não sabia que nós precisávamos nos organizar e levar dez anos para conquistar aquela creche que está lá hoje, na frente do postão da Cruzeiro, a Tronquinho. Foram dez anos para provar que a luta vale a pena. Nesses dez anos eu fui removida por uma obra, pela obra da Av. Tronco. Nesse período, fecharam a nossa escola e tentaram fechar o nosso tão sonhado postão da Cruzeiro, aquele que me fez entender que eu sou filha de uma política integral de saúde. E aí eu me dei conta de que, para mulheres como eu, que entendem e que sabem que o processo democrático faz diferença na vida das pessoas, eu não tenho o direito de desistir desse caminho e dessa luta. Tenho muito orgulho de dizer que, então, me filiei ao Partido Comunista do Brasil. Meu único partido, são 16 anos de filiação; ainda muito jovem. E tenho o orgulho de dizer que trabalhei nesta Casa, assessorando a Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony. Muito acompanhei, Ver. Cassiá Carpes, as reuniões da CUTHAB; muito acompanhei as reuniões da Comissão de Saúde. E aqui aprendi que, no processo democrático, a participação popular e social é fundamental para que a gente tenha uma cidade saudável. Aqui aprendi que ser a capital da participação popular também nos requer responsabilidade, que também faz desses 36 vereadores pessoas importantíssimas para esta cidade. E tenho orgulho também de ser do Partido Comunista do Brasil, que é regido por uma mulher, Luciana Santos; que divido as trincheiras da política com Manuela, com Jussara Cony, com Raul Carrion, com Flávio Dino, com Olívia Santana. Tenho camaradas de luta que também, no campo popular, me ensinaram muito: Pedro Dias, que ainda está internado por Covid, um trabalhador desta Casa, faz parte da minha assessoria; a Carmen Lopes, que é uma militante histórica do PCdoB, que enfrentou a ditadura; Eriane Pacheco, a minha chefe de gabinete; Luis Rodrigo, que organizou a nossa campanha; Giovani Culau, meu parceiro de luta, que dirige a União da Juventude Socialista, entidade à qual me filiei e dirigi, tenho muito orgulho de fazer parte da história da nossa juventude e que me fez ter a consciência de que amar este Brasil e amar a nossa cidade é fundamental para tratar com carinho toda e qualquer... (Problemas na conexão.) ...mas também quero fazer referência à Abigail Pereira, Elis Regina, Luciana Santos, Silvana Conti e tantos outros camaradas valorosos como Adalberto Frasson, que é nosso presidente aqui em Porto Alegre, e Juliano Roso, que é nosso presidente estadual. E hoje, fruto de tanta luta, aliás, de toda essa luta, desses 99 anos que não simbolizam com a nossa chegada, mas que nós carregamos essa bagagem, a bagagem de fazer parte de quem lutou pela democracia, quem lutou contra os impactos da escravidão que luta até hoje para que o nosso povo tenha dignidade. Hoje divide essa trincheira comigo a Daiana Santos, minha parceira de bancada, aquela mulher que faz eu ter a sensação de que eu ando ao lado de multidões, e que –

Presidente, eu não consegui concluir porque são muitas coisas – eu tenho orgulho de dizer, me acompanha e não me deixa só, e que chegando neste momento; aliás, preciso dizer que nossa chegada é coletiva. Nunca na história de Porto Alegre nós elegemos uma bancada negra. Aliás, não foi assim que nós nos intitulamos, foi assim que nós fomos batizados. Matheus, Karen, Daiana, Laura, Reginete - Olorum fez muita festa com a nossa chegada porque essa estrada foi batizada, foi construída com sangue negro, e tenho muito orgulho de dividir essa trincheira com vocês. Nós enfrentamos o caos de uma pandemia, da negligência, mas eu tenho muito orgulho de dizer que enfrentamos juntos. Obrigado, Presidente aqui eu encerro.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Grande Expediente.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Obrigado, Presidente. Quero saudar as vereadoras e os vereadores. Quero citar alguns temas aqui nestes 15 minutos que vamos observar. Quero falar primeiro do encaminhamento de uma nova proposta do texto base da previdência do Município. Eu considero, Vereador-Presidente, uma possibilidade de conversação, de negociação; o prefeito está sendo simpático a um diálogo. Nós, vereadores, em outras oportunidades, manifestamos a nossa preocupação, sabemos que é inadiável esta reforma previdenciária do Município; já aconteceu no País, já aconteceu no Estado e está acontecendo em várias cidades, independentemente de partido, no Brasil afora, porque quando foi aprovado em nível federal deixou para os municípios fazerem as suas reformas. Os estados já fizeram também. Então eu acredito que nós vamos ter outro parâmetro de conversação. O próprio prefeito, na última vez em que houve uma audiência pública, muitos vereadores, como eu, tiveram a oportunidade de falar que as questões transitórias são polêmicas por um aspecto, têm que ser melhor conversadas, e conseqüentemente entendo que a partir de agora, desse passo atrás, possamos dar um ou mais passos à frente, com um diálogo mais propício. Tenho conversado com várias entidades representativas dos funcionários para que nós possamos chegar a um denominador, junto com o Executivo. Eu acredito que será uma resposta mais definitiva, mas concluo esta parte dizendo, da mesma forma que coloquei no início, que a reforma previdenciária do Município é inadiável. Já está acontecendo, é atribuição do Executivo. A única questão que está acertada hoje é os 14% que já existem, tanto no Estado quanto no Município, era obrigação da lei federal. Portanto acredito que vamos ter um bom diálogo, buscando alternativas de acordar com algumas categorias o melhor para elas, o melhor para nós e para o governo. Este é o caminho, tenho certeza.

Outro aspecto que me parece que vai ser a tônica do meu mandato nestes quatro anos, já vinha falando no outro mandato, tivemos – todos os vereadores – imensas dificuldades quando se tratava das reivindicações da sociedade, em relação ao

156 e outros aplicativos da Prefeitura. Ainda encontramos algumas dificuldades, ou seja, vamos ter que ultrapassar essa barreira junto com a administração municipal.

Estou propondo uma reunião com o prefeito, estou aguardando, porque foram constatados, nesses últimos dias, vários problemas em regiões por uma questão simples que nós já colocávamos: a terceirização pode ser boa para um lado, mas ela é péssima para outro: o *know-how* dessas terceirizadas para fazer uma pequena obra, seja do DMAE ou de outra repartição do Município, é com imensa dificuldade. Por isso é necessária uma fiscalização mais forte do DMAE - seus técnicos são bons técnicos - para que tenhamos obras boas. Vocês sabem que toda hora está estourando cano, está vindo questão de esgoto. Temos muitas obras - aqui na minha região está um pandemônio, no Morro São Caetano, perto do Hospital Espírita: a via é estreita, as terceirizadas não têm esse *know-how*, e estão trazendo dificuldades, causando buracos, problemas nas calçadas, problemas nas ruas, muito grandes, por isso estamos frequentemente... No final de semana faltou água, e estas questões são, para mim, importantíssimas para o governo municipal. Por mais que se faça uma bela orla, que já é por natureza muito bela, se não tratarmos esse cidadão lá na ponta, resolvendo as questões do dia a dia, a colocação de lâmpada, o buraco, o esgoto, a água correndo a céu aberto, aquele problema diário das comunidades, não haverá prefeito que terá uma boa receptiva da população. Esse dia a dia é importantíssimo! Infelizmente, no outro governo tivemos - todos nós - imensas dificuldades de relacionamento, e inclusive tinha uma ordem do prefeito de que não recebesse os vereadores. Nunca vi isso - olha que já tenho quatro mandatos como vereador e dois de deputado e nunca vi isso. "Não aqui não pode ser atendido. Ordem do prefeito". Nunca vi isso! Então, espero que agora tenhamos uma correspondência mais direta; e se não tivermos, vamos reclamar, não temos outra saída. Vamos colocar para a sociedade nossas angústias, nossas preocupações, e conseqüentemente as preocupações deles. Eu espero que tenhamos neste ano uma melhor receptividade, um melhor tratamento da sociedade lá na ponta, no seu bairro, na sua comunidade, na sua região. Essa é a minha esperança. Por isso estamos mantendo essa questão como essencial para o nosso mandato e para o cidadão porto-alegrense, assim como todos os vereadores fazem. Nós queremos esse diálogo, nós precisamos desse diálogo para ajudar a Prefeitura porque o vereador é sem dúvida o grande representante das comunidades.

Outra questão que quero falar aqui é da pandemia: festas clandestinas. Aqui na minha região, no Morro São Caetano, voltando ao Morro São Caetano, sexta e sábado é festa, bagunça, bebedeira, e ninguém chega lá. Ou seja, aí não há pandemia que se cure. Além de trazer transtorno para a comunidade, estão desrespeitando, não estão se cuidando, não estão ajudando os seus familiares. Essa pandemia é horrível para a sociedade, jovens que às vezes duvidam do vírus, levam o vírus para suas comunidades, para suas casas. Estamos pedindo socorro para a Guarda Municipal, para Brigada Militar porque aqui, nas praças do Morro São Caetano, as sextas e sábados têm sido horrível - a comunidade está apavorada. Então, estamos pedindo mais uma vez.

A questão da volta às aulas. Hoje estava escutando uma matéria, e já tinha visto na semana passada uma matéria com um grande representante do Tribunal de

Contas do Estado, o Miola, falando da consequência e do prejuízo das crianças do Brasil em ficar todo esse tempo fora da escola. Aí hoje eu vejo um professor falando “Só vamos voltar, quando...” Eu sou a favor, tem que vacinar, e já estão vacinando ou vão vacinar os professores. Não tem cabimento voltar para as aulas os professores sem ser vacinados. Por outro lado, agora eles querem vacinar as crianças. Eu chego à conclusão de que muitos não querem, não são todos, voltar. Tem que voltar, é na escola que se aprendem as coisas, é na escola que se progride, se cria um sentido de educação, de família, de coletividade, e lá também muitas crianças são alimentadas, são mais cuidadas na escola do que muitas vezes na sua comunidade, porque lá tem de tudo, em qualquer comunidade, o bom, o ruim, o que faz uma coisa, faz outra, mas a família e a escola são inseparáveis. Acredito que vamos ter, sim, a vacina para todos. É minha esperança.

Sobre a imunização: está uma luta a vacinação para a segurança pública. Não tem cabimento a segurança pública não fazer vacina - agora estão chegando a essa conclusão. Os peritos estão numa luta para serem vacinados, pessoas que lidam com os seres humanos, com os problemas da pandemia. As funerárias! Ainda bem que nosso secretário vai começar, na semana que vem ou nessa semana, a vacinar as pessoas que transportam corpos, enterram corpos. São pessoas importantes que precisam da vacina. Os cemitérios, as funerárias; enfim, muitas categorias precisam, sem dúvida, serem priorizadas nessa questão da vacina. Então eu acredito que isso é muito importante. Para concluir, independentemente de partido, temos que – sei que nos grupos, há um combate muito ferrenho, ideológico – diminuir um pouco essa pressão, se respeitar mais e, conseqüentemente, produzir mais para Porto Alegre. Quanto mais nós brigamos, mais o plenário se restringe ao debate político e não às consequências da vida brasileira, de Estado e, principalmente, do nosso Município. É o que eu desejo. Discussão é uma coisa, mas às vezes, estão indo às redes sociais se ofenderem, criando problemas pessoais; não, gente, nós somos todos da mesma Casa. E quando um grupo, independente de ser maior ou menor, falha, ele representa mal a Câmara, pesa para todos nós. A nossa representatividade é muito importante, nós temos aqui vários seguimentos da sociedade, nós somos representativos, a nossa voz é importante na sociedade. Acredito que brigar menos, trabalhar e divergir, quem sabe, muitas vezes, faz parte da política democrática. Divergir, mas não se ofender. Eu não gosto muito de grupo, porque, realmente, dá muito conflito, tenho visto que no nosso grupo tem acontecido, e eu acho que a gente precisa se respeitar mais, porque os extremos, muitas vezes, levam à incosequência, àquilo que nós não queremos de uma Câmara que tem uma qualificação muito boa; sim senhor, muito boa - homens e mulheres trabalhadores que querem representar a sua comunidade; é nesse sentido que eu peço. Para concluir, quero dizer o seguinte: esta pandemia não tem partido político, esta pandemia não tem time de futebol, esta pandemia não tem religião. Todos nós temos que pedir por nossos amigos, todos os dias estamos vendo uma notícia de um amigo nosso, de um parente nosso, um vizinho nosso se foi, nos deixou. Então essa é a nossa tristeza, ela não tem partido político, essa é uma causa de todos nós. E eu quero desejar que nós possamos nos cuidar, proteger os nossos amigos, nossos familiares, proteger os jovens que, às

vezes, acham que nunca vão pegar, quando na realidade eles são transmissores, muitas vezes, levando para casa, para os seus pais, para seus avós, para seus familiares. Então vamos trabalhar nesse sentido; um abraço a todos, e que nós tenhamos uma produtividade melhor neste ano. Obrigado, Presidente, obrigado vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação do Líder, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, vereadores e vereadoras, este momento de liderança da oposição nos remete à constatação de uma realidade que, no Município, particularmente, na relação Poder Executivo/sociedade, mediada eventualmente pela Câmara ou naquilo que a Câmara pode influenciar, nós temos diversos tipos de projetos analisados aqui no Legislativo. Alguns deles, inclusive, nós precisamos da interferência do Poder Judiciário, mas nós tivemos, Presidente, vereadores e vereadoras, apenas um projeto, que foi aquele que votamos por unanimidade, com regime de urgência, autorizamos o prefeito a comprar vacinas contra a Covid-19, propulsora dessa pandemia que arrasa nosso povo - um projeto. Eu vejo as entrevistas do prefeito municipal, que é meu particular amigo, mas eu tenho que fazer esses registros, uma pessoa muito decente, tem toda uma história, mas as entrevistas do prefeito, vi uma, nesses dias na Federasul, têm sido lamentáveis no ponto de vista do interesse da cidade. Vejam só, que na Federasul, por exemplo, prefeito falou que a liberação do comércio, em geral, não traz qualquer risco de aumento da pandemia. Isso é uma barbaridade. O repórter, a jornalista era Flávia Benfica, que perguntou para ele: “Mas o mundo inteiro diz que sim, qual é a comprovação disso? Mas o senhor tem dados científicos”? Não, mas os outros também não têm. Têm, os outros têm, a grande circulação, a aglomeração, obviamente, aumenta os riscos de contágio e cresce a pandemia entre nós. E aí o prefeito falou em privatização da Carris. Ora, se isso é momento! Até poderia o prefeito, claro, que tem o direito de pensar da sua maneira, enfim, criar os seus projetos, segundo os seus compromissos de classe, ideológicos, políticos, partidários. Agora, ele tem obrigações, o Executivo como um todo têm obrigações, que são inadiáveis, impostergáveis e indelegáveis, porque nós não podemos aqui criar despesas para o Município, nós podemos é autorizar, e o Executivo precisa fazer algo que, de fato, represente um enfrentamento, um combate, uma vontade de vencer a pandemia. Isso não está ocorrendo, não está ocorrendo, e nós tivemos, repito, aquele único projeto. No mais, não houve nada. E mesmo aquele projeto, há um debate, autorizamos o prefeito a comprar vacinas, mas ele não comprou. Bem, eu vi ele explicar que tem convênio com a Granpal, há outras prefeituras, enfim, as vacinas, não sei de nenhuma negociação. Foi autorizada a vinda do secretário Sparta, eu acho que nós vamos ter que chamá-lo para que ele nos conte, nos atualize o que está sendo feito. Pode haver ações boas que nós

não saibamos, e não tenho dúvida, como oposição, na ação positiva, eu seria o primeiro a elogiar, não tenho nenhuma dificuldade com isso, nenhuma dificuldade. Então, é importante registrar aqui que nós vivemos uma pandemia quase desenfreada, onde só há duas maneiras, duas maneiras, de se evitar o contágio, a doença e a morte, infelizmente, que acontece. Uma é o isolamento social, a outra é a vacina. O prefeito tem que atuar nas duas, precisa atuar nas duas pontas. Ele precisa promover o isolamento social, o distanciamento, pelo menos, social, e promover a compra de vacinas, a chegada de mais vacinas aqui. “Ah! Mas tem havido progressos nas vacinas”. Sim, tem havido, eu tenho registrado isso, registro, tem havido progresso. Mas são todas vacinas que vieram via governo federal e estadual, passando pelo estadual. Então, fica aqui, vou concluir, esse é o fechamento, esse registro e esse apelo, que o prefeito, de fato, aja e atue contra a pandemia de coronavírus na nossa sociedade. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas vereadores e vereadoras, estou aqui ocupando hoje o espaço da liderança, agradeço ao nosso líder Oliboni e a toda bancada dos trabalhadores – eu concordo muito com o Cassiá. A fala do Cassiá foi muito importante, com pleno acordo. Muito interessante a visão que ele traz sobre a terceirização, sobre a qual nós temos pleno acordo. Eu, especificamente, tenho pleno acordo com o que ele trouxe vinculado às terceirizações, o perigo das privatizações e de deixar tudo nas mãos da iniciativa privada. Sei que nós temos divergências ao tamanho do estado, mas temos pontos de convergência. Assim como temos pontos de convergência em relação a essa visão, que nós podemos divergir, ter nossas discordâncias, ter embates duros, divergir absolutamente de quase tudo, mas defendemos o nosso espaço de fala, nosso espaço de livre pensar, de livre expressão. Coloco aqui também diversos debates e embates com Jessé Sangalli, com o Bobadra - nós sempre conversamos e tivemos uma excelente relação de cordialidade desde a época da campanha, em que nos encontramos algumas vezes. Divergimos totalmente em quase todos os aspectos, mas isso faz parte da democracia e isso é saudável e importante porque todos têm o objetivo, a sua maneira, de uma cidade melhor. Mas temos algumas situações mais extremadas, e que muitas vezes a gente tem que, realmente, fazer algumas rupturas. Mas essas rupturas jamais podem ser para silenciar ou impedir o diálogo ou a livre expressão, desde que não seja crime, é óbvio. Eu coloco, então, mais uma vez, agradecendo as palavras do Cassiá, que foram muito importantes no dia de hoje. Lembrar também da Mônica Leal, conversei com ela no fim de semana, temos uma boa relação, mesmo com aqueles que pensam extremamente diferente. Mas quero lembrar que Porto Alegre vive ainda uma pandemia, que nós temos 103% de ocupação dos leitos de UTI ainda. E tudo indica que teremos um aumento da utilização dos leitos de UTI, devido à pandemia. E parece que a

gente voltou a uma normalidade, uma normalidade falsa, uma normalidade fictícia, que vai nos causar um grande prejuízo, que nos coloca em risco a curto prazo. O negacionismo nos coloca em risco; defender tratamento precoce nos coloca em risco, um tratamento precoce que não existe; incentivar a volta à normalidade, sem nenhum protocolo claro de distanciamento, nos coloca em risco. E essa é a prática que vem sendo instituída pela Prefeitura de Porto Alegre e pelo prefeito Sebastião Melo, nas suas falas, na sua fiscalização. É importante isso que o Cassiá trouxe das festas clandestinas, isso é falta de fiscalização da Prefeitura, principalmente. E todas as falas do prefeito para os meios de comunicação, dão a ideia de que ele não tem pessoas para fiscalizar, de que ele não vai fiscalizar, de que ele discorda com uma decisão determinada, ele não tem como fiscalizar. Isso vai gerando esse sentimento de leniência, esse sentimento de que está tudo sob controle, mas nós vemos os números, a curva vertical da pandemia crescendo de forma alarmante e diversas pesquisas demonstrando que em abril teremos o mês com a maior letalidade até agora, na casa dos 100 mil brasileiros e brasileiras que virão a óbito, e nada é feito pelo poder público que quer simplesmente abrir tudo para ganhar simpatia dos eleitores, para não se desgastar com determinado grupo, e nós vamos rumo ao desfiladeiro. Meu muito obrigado a toda a audiência, também na TVCâmara, e a todos os vereadores e vereadoras. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Boa tarde, Presidente Márcio, colegas vereadores e público que nos assiste. Hoje fui, com muito prazer, num evento na Restinga, onde foi dada a ordem de início do contrato de operação da usina de asfalto. Eu quero aqui parabenizar toda a equipe envolvida, todos os secretários, especialmente os engenheiros e servidores que fizeram acontecer. O bacana é que é um só contrato para insumos, isso vai trazer economia, vai trazer transparência e, o mais importante, a revitalização das vias. Não será somente tapa-buracos, mas principalmente a revitalização. Quem passar pela Estrada Costa Gama vai ver como ela está ficando – muito bacana! –, passei por ali hoje. Então, em seguida nós iremos ver as nossas ruas e avenidas de Porto Alegre revitalizadas, só eu sei o quanto paguei de oficina mecânica nos últimos anos, só num ano o carro quebrou cinco vezes, é um buraco dentro do outro – essa era uma angústia que eu tinha. Não será só a da Restinga, mas nos próximos dias estará sendo dada a ordem de início da usina da Zona Norte. Parabéns ao prefeito Melo, a todos os secretários e a todos os servidores envolvidos. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Muito obrigado, Presidente; boa tarde, colegas. Só quero fazer um gancho com a fala do Ver. José Freitas e fazer justiça – ainda mais um vereador que foi um crítico da última gestão – em relação a esse contrato que está sendo assinado hoje: ele foi elaborado pela última gestão, e está se dando continuidade, está sendo assinado, na verdade, agora, pelo prefeito Sebastião Melo. Esse contrato foi idealizado desde o início de 2017, nós tivemos um diagnóstico que foi realizado no início da antiga gestão, mostrando que a malha viária da nossa cidade estava 85% vencida. O que significa isso? Que 85% das nossas vias, das nossas ruas e avenidas, estavam – e ainda estão, boa parte delas – com asfalto velho, asfalto vencido, que não adianta mais fazer manutenção, é preciso refazê-lo todo com uma obra estrutural de alteração das vias. Aqui, uma das questões que foi, na época, muito discutida – e que felizmente se concluiu com a licitação realizada em 2020, vencida pela empresa Planaterra, que é essa que o prefeito Sebastião Melo, que bom, assinou hoje – diz respeito à unificação de contratos. Quando a gente fala de unificação de contratos, talvez a população não compreenda a importância, mas aqui vou tentar traduzir de uma forma simples: imaginem que antes a Prefeitura de Porto Alegre precisava cuidar de um contrato para a compra e entrega da areia, outro contrato para comprar brita, outro contrato para manutenção da usina de asfalto, outro contrato para a locação dos veículos térmicos para fazer a distribuição do asfalto na cidade, outro contrato para poder contratar equipes, enfim, uma série de contratos e, se um deles falhasse, Ver. José Freitas, todo o sistema falhava. É isso que acontecia, tanto que quando assumimos, em 2017, nós estávamos, por exemplo, sem fornecimento de areia, imaginem, devido à falta de pagamento que havia ocorrido em relação a esse fornecedor. Por um contrato não estar andando, todo resto também não avançava e a cidade não tinha efetivamente tapa-buracos lá na ponta. Então se concebeu, naquela oportunidade, a construção desse contrato unificado. Quem conhece o sistema de licitação do poder público, quem conhece a burocracia da máquina estatal, sabe a dificuldade que foi, obviamente, elaborar um contrato tão robusto pelos técnicos da nossa DCVU, pelos técnicos da Secretaria de Infraestrutura, agora Secretaria de Serviços Urbanos, que conseguiram fazê-lo, através de um estudo muito aprimorado, de uma gestão por indicadores, para que a gente pudesse medir efetivamente o estava sendo feito na cidade, porque não se melhora aquilo que não se mede, portanto é fundamental nós termos uma gestão municipal que se preocupe com indicadores, com análise dos dados, para que se trabalhe em cima disso, para poder, aí sim, propor uma alternativa, uma solução, que foi essa assinada hoje, que repassa a gestão das duas usinas de asfalto de Porto Alegre – do Sarandi e da Restinga – para uma empresa que ficará também responsável pela manutenção da usina, pela compra dos insumos e pela aplicação efetiva do asfalto nas ruas.

Como o Presidente me disse que temos mais um minuto, quero lembrar também que foi na antiga gestão que nós tivemos o maior plano, o maior programa de

requalificação asfáltica da história de Porto Alegre. De 2017 a 2020, foram investidos mais de R\$ 221 milhões em qualificação do asfalto em nossa cidade, dentre eles, o uso de manutenção do cimento asfáltico de petróleo – CAP, que é um insumo muito mais resistente e que começou a ser empregado na nossa gestão junto à manutenção do dia a dia, e também a requalificação estrutural de vias, que é aquela que se retira o asfalto velho, prepara todo o rachão, prepara a base, faz a microdrenagem, coloca as placas de concreto nas paradas de ônibus, para evitar as ondulações, enfim, uma série de intervenções estruturais, realmente obra de engenharia, que já estão sendo feitas em várias avenidas da cidade, como o próprio Ver. Freitas mencionou, fazendo uma menção muito especial às avenidas Ipiranga, Bento Gonçalves e Nilo Peçanha, e já também em ruas de bairro, como é o caso da Rua Cel. Bordini e agora, mais recentemente, da Rua Eudoro Berlink. Então é fundamental a gente louvar, exaltar aquilo que está sendo feito de bom, e reconhecer também onde essa ação, onde esse grande investimento em asfalto na nossa cidade teve seu início. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas, vou usar hoje o período de liderança para falar sobre um problema muito grave na nossa cidade, que é a questão da fome. Nós estamos fechando um ano de pandemia e estamos com muita dificuldade de seguir mantendo somente a partir das campanhas de solidariedade as redes necessárias para o garantir o básico, que é a comida na mesa do nosso povo porto-alegrense. Digo isso porque é notável para todos que vão ao supermercado o aumento dos preços dos produtos, também há previsão de aumento do gás de cozinha, que também tem um impacto grande no orçamento das famílias, e é nesse sentido a nossa preocupação, visto que, no ano de 2020, 19 milhões de brasileiros entraram em situação de vulnerabilidade alimentar, e neste ano de 2021 novamente estamos com muita dificuldade de ter acesso a uma política planejada e massiva de alimentação, sobretudo para as famílias das nossas comunidades mais carentes. Eu digo isso porque no ano de 2020 o nosso mandato protagonizou uma campanha de solidariedade em conjunto com lideranças de diversas comunidades, mas a nossa ideia de campanha não era simplesmente fazer ação de caridade, de solidariedade, mas alertar a população de que existem verbas previstas no Funcovid-19, existem verbas previstas na política de assistência social nacional e que é importante a gente ter junto à Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC uma parceria, para a gente conseguir consolidar que recursos importantes, como o recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, um programa que existe, na sua natureza, há quase 70 anos, e que no ano de 2020 a gente teve somente um mês de recurso do PNAE sendo distribuído para as comunidades escolares em forma de cestas básicas. A gente entende que quem tem fome tem pressa, essa situação que nós estamos vivenciando hoje, que é

não conseguir mais dar conta, sobretudo a partir das nossas campanhas de solidariedade, que nada mais é do que tirar da classe média e dar para os pobres, a gente está chegando num momento de esgotamento dessa política, por quê? Porque estamos no mês de abril, não temos a previsão de um recurso de auxílio municipal, de um auxílio emergencial do governo federal para suprir essa situação de crise econômica, que se combina com a crise pandêmica, e é importante, sim, a gente conseguir ter políticas que se combinem à solidariedade, ao assistencialismo, mas, principalmente, de pressão para que esses recursos que hoje estão previstos, essas rubricas que existem para políticas de alimentação, para o equilíbrio nutricional, para a garantia da segurança alimentar das nossas crianças, dos nossos jovens, dos nossos adolescentes, das nossas comunidades periféricas seja executado no tempo previsto.

Nesse sentido, nosso mandato está convocando uma reunião para quinta-feira, uma reunião virtual, com entidades representativas do setor, nós queremos fazer um convite para as lideranças comunitárias, para as comunidades que estão acompanhando a sessão da Câmara de Vereadores, para se somarem a nós, para averiguar onde estão sendo alocados os recursos do PNAE, qual é a política de alimentação que a FASC vai nos apresentar. Nós estamos convocando a FASC também para essa reunião, estamos convocando o Conselho de Alimentação Escolar, estamos convocando o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul, a ATEMPA, os sindicatos, porque a gente acha que é muito importante ouvir o que as categorias têm a dizer, da educação, das comunidades, dos setores representativos, para ser executada essa política, para juntos nós conseguirmos averiguar qual é a dificuldade em executar essa política hoje, o tempo necessário, que é a pressa, que é a urgência, para juntos conseguirmos ter pressão e fôlego para pautar o governo Melo, para que a gente não perca tanto tempo quanto nós perdemos com o governo Marchezan, para pautar uma política de alimentação emergencial via PNAE, via assistência social para as nossas escolas, para as nossas crianças e para as nossas famílias carentes do Município de Porto Alegre. Então isso é um ponto fundamental para o combate à pandemia da Covid-19. Quero convocar novamente: quinta-feira, às 19 horas, virtualmente, quem quiser participar, contate o nosso mandato. É aberto, é plural. A gente, de fato, quer ouvir o que essas entidades representativas, o que as lideranças comunitárias têm a dizer em relação a essas dificuldades que estão enfrentando, que nós conhecemos, mas conhecemos parcialmente, sabemos das nossas limitações enquanto mandato, mas a gente quer expandir, porque sozinhos está muito difícil de a gente conseguir pautar o Executivo em relação às agendas, em relação aos pedidos de informação, em relação, principalmente, à execução, à entrega das cestas básicas, desses insumos alimentares que são fundamentais para nossa segurança alimentar e nutricional neste momento de grave crise pandêmica e também de crise econômica. Era isso o que eu queria colocar para vocês. Sintam-se convidados. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**Vereadora Lourdes Sprenger (MDB) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

## COMUNICAÇÕES

A Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo está com a palavra em Comunicações.

**VEREADORA REGINETE BISPO (PT):** Boa tarde, Presidente, novamente; boa tarde aos meus colegas de bancada, aos demais vereadores e vereadoras. Eu vou usar esses cinco minutos para me referir aqui ao tema que é central hoje no debate de todas as políticas públicas, as políticas de prevenção à Covid-19. Quero dizer que eu estive, na semana passada, no dia 1º, reunida com o prefeito Edinho, de Araraquara, conhecendo o exemplo de municípios que adotaram políticas de proteção à comunidade e conseguiram enfrentar essa dicotomia que é muito colocada aqui em Porto Alegre, que ou é a economia que você defende ou é a vida das pessoas. Dizer que as duas coisas andam juntas, não existe economia sem saúde, sem prevenção à vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Em Araraquara, o prefeito Edinho conseguiu diminuir drasticamente a mortalidade, o número de internações de pessoas pela Covid-19, embora no estado de São Paulo o crescimento seja assustador. Ele adotou cinco medidas que eu vou trazer aqui que são fundamentais e que nós, o Legislativo Municipal, talvez possamos incidir sobre o prefeito, rompendo com esse ciclo de você dar a sua vida em troca da economia ou vamos todos morrer juntos.

Primeiro, o isolamento social. O isolamento social é uma política adotada em todo mundo. Aqui no Brasil, infelizmente, os nossos governantes têm contestado isso. Isolamento social é isolamento social. Hoje, 103% dos leitos de UTI aqui em Porto Alegre estão ocupados; então há necessidade do *lockdown*. É necessário, porque, enquanto houver vírus circulando, a tendência é aumentar. E nós vimos, nesse feriado, a circulação de pessoas, um número grande de pessoas circulando em função das flexibilizações. E, como bem disse o Ver. Cassiá, nas periferias não existe fiscalização, não existe ação do poder público. Eu, aqui da minha comunidade, da Vila São José, também verifico essa ausência total do poder público.

A outra é a capacidade de atendimento dos pacientes. Nós precisamos, sim, ter medidas que aliviem o sistema de saúde, que está totalmente saturado, e trabalhar com o lema: nenhum paciente sem assistência médica, nenhuma família sem comida na mesa. Então, Ver.<sup>a</sup> Karen, é real esse quadro do número de famílias, de pessoas passando fome. É importantíssimo que o poder público, que a Prefeitura tenha uma rede articulada, junto com as organizações do movimento social, mas também que ela tenha

política de assistência social. O SUAS é tão importante quanto o SUS, porque saúde sem segurança alimentar e nutricional não existe.

A outra medida é vacinação com equidade, ou seja, todos têm que ter acesso à vacinação. Infelizmente, os dados têm apontado que, no Brasil, a cada três pessoas vacinadas, duas são brancas e uma é negra, na contramão do que a gente vê, que a maioria absoluta das pessoas que têm morrido por Covid-19 no nosso País são pessoas negras e periféricas. Então como se garante equidade? Nós precisamos romper com esse mapa da vacinação que não coloca desigualdade social, não coloca as periferias, não coloca categorias profissionais como as trabalhadoras domésticas, como os prestadores de serviço como prioridade para vacinação.

A outra é ajuda emergencial. O Município tem que ter ajuda emergencial, sobretudo depois dessa ajuda emergencial de R\$ 150,00, R\$ 200,00 do governo federal, que é uma ajuda que não chega a impactar na vida das famílias. O Município de Porto Alegre tem que ter uma ajuda emergencial para as famílias em vulnerabilidade social.

A outra, finalizando, Presidente, é política de crédito. Infelizmente, depois de um ano de pandemia, começa a falar o Município aqui em política de crédito, especialmente para o micro e pequeno empreendedor. Essas medidas são fundamentalmente necessárias. Infelizmente, no pouco tempo em que estou aqui, eu vejo grande parte do tempo da nossa Casa usado para discutir políticas de privatização num momento de crise tão profunda. É Procempa, é Previmpa, é DMAE, é Carris, é SUS.

Nós precisamos fazer esse enfrentamento, esta Casa tem que ter esse compromisso com a população de Porto Alegre e fazer esse enfrentamento no sentido de conter a pandemia na nossa cidade e evitar a perda de vidas, que é assustadora – Porto Alegre está beirando as 4 mil, o Rio Grande do Sul está passando das 22 mil e o Brasil está passando das 320 mil. Obrigada, Presidente; obrigada aos companheiros e companheiras e a quem nos assiste.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores. Eu gostaria de trazer aqui, sob outra perspectiva, algumas das falas que as nossas colegas colocaram, principalmente a colega Karen Santos e a colega Bruna, que trazem aqui alguns dados da Secretaria de Educação, trazem um pouco da realidade de quem vive na periferia. Muito eu tenho atuado nessa frente, mas gostaria de colocar uma outra perspectiva, porque ao vermos as nossas escolas fechadas hoje, nós vemos que a situação não vem por parte do prefeito, não vem por parte do Executivo, vem por parte da oposição, que está negando, via medidas judiciais, que as nossas crianças voltem a estudar. Isso ocasiona diversos problemas para a periferia, que eles dizem defender. Por isso, eu tenho que trazer isto a público, para quem nos assiste aqui

na TVCâmara, para os colegas vereadores que também não sabem, porque não estão tão próximos da pauta de educação: as escolas estão aptas a estarem abertas, mas, por uma medida judicial, não estão abertas no nosso Estado e não estão abertas em Porto Alegre. Logo que abriremos o Estado, Porto Alegre, devido a uma movimentação do Simpa, também não irá abrir. Então, nós estaremos entregando novamente a política pública por uma ação judicial. Temos que trazer que a questão da igualdade social envolve também a igualdade de oportunidade para as crianças, a igualdade de estudar, de estar na escola. Enquanto tivermos políticas de escolas fechadas, nós não estaremos dando igualdade para as nossas crianças. Vemos a política de cestas básicas via SMED, via Secretaria de Educação; todos nós sabemos que os recursos do PNAE, os recursos do financiamento servem para alimentar uma criança, servem para aquele turno em que ela está dentro da escola, e não para alimentar uma família toda. Para alimentar uma família toda, nós precisamos de políticas de trabalho. Mesmo com pandemia, nós temos que ter políticas de trabalho, e não políticas de fechamento total. Nós temos que ter políticas de testagem, de vacinação, de protocolos, mas não de *lockdown*. O que acontece com o problema quando nós temos políticas de *lockdown*? Acontece o problema do comunismo: nós temos gás custando caro, porque as pessoas não podem produzir, então o Estado também não produz nada, ele só recolhe, e a única maneira de sustentar isso é imprimindo dinheiro.

Então, colegas vereadores, aqui eu trago um pouco de dados de economia. Se tivermos ainda a intenção de conseguirmos achar um meio de ter uma política de *lockdown* total e uma política sem ter inflação, isso é utópico, não existe em comunismo nenhum. E nós vemos aí países comunistas sofrendo com fome. É isso o que acontece, é o que nós estamos vivendo na pandemia. Então, nós temos aqui a chance, em Porto Alegre, de evoluir em algumas pautas importantes; por isso eu gostaria de trazer, porque hoje, logo mais, estaremos discutindo o que podemos evoluir nas pautas ou não, em plena Covid-19.

Nós temos 20% do orçamento de Porto Alegre indo para 1% da população. E quem é que está defendendo essa política classista? A oposição, novamente tirando dinheiro dos pobres, aumentando a inflação, aumentando o valor do gás de cozinha, aumentando o valor da cesta básica e colocando na mão de quem? Do mundo corporativista, de 1% da população que recebe 20% da receita do nosso Município; não dos pobres, não das pessoas da periferia. Então a gente precisa trazer um pouco mais dessa realidade nua e crua, colegas vereadores, também para a TV Câmara e para todos que nos assistem. Acho importante a gente trazer com seriedade, é importante a gente falar da reforma que vamos ter que viver nos próximos dias aqui na Câmara de Vereadores. Esse debate é importantíssimo para Porto Alegre; nós queremos falar sobre a cesta básica, sobre o custo do gás, e tudo o que a gente quer é dar oportunidade e igualdade social em Porto Alegre, tendo uma desigualdade e um corporativismo na distribuição de renda.

Temos que falar também sobre a Procempa, porque quando vou às escolas, falando com as diretoras, inúmeros são os questionamentos sobre a atuação da Procempa e sobre como ela poderia estar melhorando no atendimento aos alunos. Então,

a Procempa é importante? É importante, mas nós precisamos estar evoluindo no debate na perspectiva do cliente, e a perspectiva do cliente envolve estar dando oportunidades para que nossos contratos de tecnologia transcendam uma simples empresa estatal.

Então, pessoal, eu trago aqui um pouco mais dessa colocação, em cima da minha fala, em cima da pauta do Partido NOVO, ampliando um pouco mais a visão, o debate que trazemos aqui, em plena pandemia, onde quem defende o “fique em casa” é quem também diz que defende a mulher da periferia, aquela mulher que não consegue trabalhar porque seu filho não tem escola; aquela mulher que não consegue botar comida na mesa porque também seu filho não tem escola. Então eu acho que nós precisamos ampliar esse debate e trazer mais uma perspectiva realista em cima do que estamos vivenciando, sobre quais políticas nós mesmos, vereadores, estamos adotando aqui na nossa cidade. Agradeço, Presidente, e concluo a minha fala.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Presidente, em meio à pandemia da Covid-19, o Brasil vive uma epidemia de fome. No final do ano de 2020, foram registradas 19 milhões de pessoas passando fome, insegurança alimentar. Quando eu ouço que toda essa desestrutura é promovida por nós, oposição, eu fico pensando que, definitivamente, essas pessoas não estão conseguindo compreender o contexto de onde essa negligência vem, como exemplo, aqui no Município, o Poder Executivo, que se ausenta da responsabilidade. Quando olho para tudo isso e vejo nas comunidades e nas periferias cada vez mais gente pedindo auxílio, pedindo ajuda, estou bem próxima da Ver.<sup>a</sup> Karen, porque quem tem fome tem pressa. A gente precisa olhar para isso com a responsabilidade de quem conhece essas pessoas. Nós não falamos de indicadores, não falamos de números, nós falamos em pessoas que precisam de ações concretas e efetivas, que estão neste momento sem ter o que colocar no prato, pessoas que recebem quando muito um salário-mínimo – sabemos que a cesta básica é a mais cara do País; e essa conta não fecha. Isso é um desrespeito com o povo, e se a gente não tiver coragem de colocar isso aqui, sem ficar querendo tencionar se é de um lado ou do outro, olhando da forma mais objetiva possível, nós vamos estar falhando tanto quanto eles que culpabilizam as nossas ações. Eu não admito esse tipo de comportamento, nem esse tipo de apontamento, porque isso definitivamente não é a realidade, a realidade é um povo que passa fome por contas das escolhas que são feitas, por um Poder Executivo que não olha para os mais pobres, não olha para as comunidades, não olha para as periferias, não faz o mínimo necessário. Há muito pouco tempo, eu recebi uma denúncia de uma parceira que trabalha na política da assistência dizendo justamente isto: a forma como é feita a triagem para que se receba a cesta básica dentro de um espaço institucional. Isso é absurdo! Não se pode ter triagem quando se tem fome. Colocam essa gente que

trabalha para colocar o mínimo no prato à mercê dessa forma tão negligente de gestão pública. Irresponsáveis! Sim, é isso o que estão sendo, e não venham nos culpar.

Para finalizar, Presidente, eu acho que é importante nós olharmos para os dados que fecharam o mês de março, que falam justamente disto: no ano de 2020, de pandemia, no ano todo, foram contabilizadas 1.873 mortes aqui em Porto Alegre; somente neste mês de março – e quem quiser pode confirmar nos jornais –, nós tivemos um total de 1.079 mortes, exatamente. Isso é um absurdo! E fico aqui tomada de emoção pelo fato de que essas histórias estão matando gente! Quando não mata de fome, mata de descaso, mata de negligência, mata de abandono, mata porque não dá perspectiva de transformação e mudança. Essa é a realidade deste Município, e por aqui finalizo.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Boa tarde, Presidente, vereadores e vereadoras. Hoje vou falar sobre o tema do leilão da CEEE – tenho bastante informação, vou falar um pouco rápido. Em maio de 1959, houve a encampação pelo governo do Rio Grande do Sul dessa companhia, que é uma filial da multinacional americana Bond & Share, que recebeu as devidas tentativas, resumindo, de acordo para a extensão de rede de energias, pois grande parte da população rio-grandense, inclusive a capital, vivia às escuras. Já passo para 1996, quando a lei estadual fez a reestruturação societária e patrimonial da companhia, abrindo em duas sociedades anônimas, uma sociedade anônima de transmissão e três sociedades anônimas de distribuição, e mais uma controladora *holding* da sociedade de energia elétrica. Em 1997, foi feito o leilão, onde ocorreu a alienação das companhias centro-oeste de energia para a AES Sul, distribuidora gaúcha, e a norte-nordeste foi para um consórcio chamado depois de Rio Grande Energia, RGE. Em 1998, ainda, o controle da companhia de geração térmica passou para o governo federal em troca de dívidas estaduais. Pois é, depois de 1998, quem geriu a empresa, com a promessa de recuperação? Quantos governos passaram e quem foram os gestores? Sabe-se que, das privatizações, consta que tinha recursos em caixa, mas o governo mudou, e, quando o governo muda, tem a sua forma de administrar.

Eu quero registrar também sobre recursos humanos. O quadro funcional oriundo da encampação era chamado ex-autárquico com estabilidade funcional; enquanto na nova CEEE o quadro era celetista, sem estabilidade. E aí ocorreu trabalho idêntico, com salários diferentes, gerando muitas ações trabalhistas; na época, a legislação vigente permitia grandes ações vitoriosas aos funcionários que recorreriam à justiça. Os ex-autárquicos não eram incluídos no custo operacional, não eram incluídos e geravam uma despesa de cerca de R\$ 130 milhões ao ano. Para entender, em 1981, a companhia foi impedida de compensar os gastos com ex-autárquicos e inativos na tarifa

operacional. A partir daí, em 1993, houve uma ação que resultou em um ganho de sentença, pelo STF, de R\$ 3 bilhões, que foram pagos para a companhia, mas foi até 1993; ainda ficaram pendentes esses custos de 1993 em diante, ainda a receber R\$ 8 bilhões.

Também quero falar do presidente da CEEE, que vai para o jornal dizer que 60 funcionários ganham mais do que ele, para depreciar os demais. Isso foi decisão da justiça do trabalho, transitada em julgado, com base na legislação vigente. Isso não desqualifica os demais funcionários, isso é uma exceção, não é assim o quadro salarial. E se o presidente teve seu emprego até hoje, sem concurso, e não reconhece que ele teve esse emprego graças aos que antes construíram essa empresa, que tem um patrimônio invejável, vai continuar ganhando menos, porque ele fica de quatro em quatro anos, em algum lugar, como gestor, e os do quadro de carreira, principalmente os estatais, eles têm, sim, os avanços de carreira por tempo de serviço, são funcionários que normalmente entram e ficam até o final de suas carreiras.

O que não foi dito e foi esquecido é que o custo de energia no Brasil, as tarifas são patrocinadas – e foram modificadas posteriormente – pelos setores industriais organizados. Era uma política da época que não se cortava energia de órgão público, prefeituras, meios de comunicação. Tudo isso vem se somando. Empréstimos de U\$ 800 milhões, do Banco BID, antes da maxidesvalorização do dólar, francos franceses – esses recursos beneficiaram o estado, sim. Diziam: “Ah, a CEEE era boa”. Claro, ela pagava a conta. E por aí vai. E as marionetes de plantão, por desinformação ou má-fé, ficam atirando para cima dos funcionários que construíram esse patrimônio – muitos não estão mais aqui, mas os seus familiares estão. Isso é desumano, gera uma insegurança muito grande. E quem defendia a aposentadoria? E quem falou em quadro de aposentadoria? Ninguém! Não interessa. É uma insensibilidade violenta. Desejamos que a empresa que leiloou cumpra o que prometeu e que não deixe a fundação chegar a um caso Aerus ou Varig.

Tem mais: se o Presidente permitir, eu quero falar dos R\$ 7 bilhões de dívidas que são R\$ 4,4 bilhões de ICMS não repassados ao Tesouro do Estado; foram assumidos R\$ 1,7 bilhão pela nova controladora, pagamento até 15 anos, perdão da dívida fiscal de R\$ 2,7 bilhões e R\$ 1 bilhão em custo de financiamento. E a companhia que presta hoje os serviços, ao longo de mais de 60 anos, tem um faturamento de anual de R\$ 3 bilhões, de R\$ 1,6 milhão para unidades consumidoras, e por aí vai. Realmente é de bater palmas, quem leiloou por R\$ 100 mil. Aonde vai esse patrimônio bilionário? Ninguém está falando. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Sr. Presidente, colegas vereadores, eu quero falar hoje sobre um tema bem atual, que é a vacinação para os

servidores da segurança, um esforço imensurável da União, do Estado do Rio Grande do Sul e dos municípios. Porto Alegre, Rio Grande do Sul e a União estão de parabéns por trazerem essa vacina tão importante para os profissionais da segurança pública que estão todos os dias trabalhando nessa atividade tão importante para todos nós; os colegas da Brigada Militar, da Polícia Civil, da Polícia Penal, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Municipal... (Problemas na conexão.) ...vacinação aqui em Porto Alegre, na segunda, terça e quarta-feira. Os colegas do IGP e do Detran ficaram para o próximo lote. Também não podemos esquecer dos nossos colegas da FASE, que não foram contemplados pela vacina. Eu quero dizer a vocês, que foi polemizada durante muito tempo essa questão da vacina. E todos nós sabemos das dificuldades, dos problemas que a Covid-19 tem trazido para nossa sociedade. Venho repetindo reiteradas vezes que não há espaço para polemização, mas temos que pensar nas pessoas. Então, eu quero dizer a vocês que espero que passe o mais rápido possível essa pandemia, que as pessoas possam voltar a andar nas ruas. Eu sou contra o fechamento do comércio. Quero parabenizar o Rio Grande do Sul, que é o quarto Estado que mais vacinou, Porto Alegre e certas capitais também que mais vacinaram. A gente está aí enfrentando essa dificuldade com muito afínco, frente a frente e eu quero dizer para quem tem casa que se cuide, mantendo o distanciamento social, mas se fechar em casa e não fazer nada não vai adiantar nada. Nós temos temas importantes, esse da Covid-19 estou destacando hoje, a questão da vacinação dos colegas da segurança; que todos nós possamos nos vacinar o mais rápido possível. É isso por enquanto. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, Presidente e todos que nos ouvem; rapidamente, apenas preciso fazer uma consideração sobre as falas do Ver. José Freitas e também sobre a fala do nosso ex-secretário, nosso colega de bancada, o Ver. Ramiro, na utilização do tempo da bancada do PSDB, sobre a questão dos contratos e principalmente do contrato assinado hoje na Restinga, sobre a manutenção da malha viária. Nós, na legislatura passada, inúmeras vezes, subimos à tribuna para reconhecer o tempo de validade da malha viária, que há muito tempo está vencido. É importante ressaltar, além do Ver. Ramiro, que era secretário da gestão, ressaltando as suas considerações, também várias pessoas e nós, da política, às vezes, cometemos erros por medo de não citar algumas pessoas, a gente deixa de exercitar a tarefa de exaltar, mas quero, junto com o Ver. Ramiro, que era secretário de serviços urbanos, lembrar dos nomes que passaram e que ajudaram na construção desse modelo que hoje foi assinado. Então, quero parabenizar o secretário da SMIM, vereador e colega Sabino, hoje deputado; o... (Problemas na conexão.) ...engenheiro Alcimar, seu adjunto; o secretário Luciano Marcantônio, que depois assumiu na secretaria; também todo o seu corpo técnico, as pessoas, os técnicos do quadro que se debruçaram sobre

essa tarefa importante que hoje culminou na assinatura. Parabenizo por óbvio o prefeito Marchezan, todo o seu corpo de secretariados que lutaram para que hoje pudesse ser feita essa assinatura; obviamente o atual prefeito e o vice-prefeito, o prefeito Melo e o Ricardo Gomes, que estavam lá para dar continuidade a esse ganho para a cidade; também o diretor do tema da manutenção que hoje é vice-prefeito da cidade de Viamão, o engenheiro Nilton Magalhães, que inclusive estava hoje no ato, e quero parabenizar todo um trabalho de várias mãos que aconteceu nesses últimos anos e parabenizar, sim, a sequência disso. Eu não posso deixar de registrar com a autorização dos colegas da bancada, do Ver. Kaká, também o esforço na época do Ver. Gilson Padeiro, que muito batalhava pela manutenção viária na sua tarefa lá de gestor do CRIP do Extremo-Sul. E quero saudar aqui os colegas, que eu noto um abrandamento de discussões ideológicas tanto no caso da pandemia como em outros casos. Eu, desde o início, defendi que nós, que estamos na Câmara, não podemos partidizar ou transformar a pandemia em algo eleitoral, então, parabenizar esses colegas que têm respeitado a opinião médica acima de divergência político-eleitoral. Um grande abraço, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Sr. Presidente, vereadoras e vereadores; no período de Comunicações, a gente tem uma liberdade maior, temas não necessariamente diretamente relacionados ao Executivo municipal, mas que têm, guardam uma similitude no geral. Nós sabemos que o pensamento liberal não é todo ele da extrema direita negacionista representada pelo governo Bolsonaro; uma extrema direita que agrega setores protofascistas até negacionistas que chegam a dizer que a terra é plana, que a Covid-19 não existia, que era um vírus chinês, enfim, criaram problemas de toda ordem. Mas o pensamento liberal radicalizado na... (Problemas na conexão.) ...direita que está no governo federal infelicitando o povo brasileiro, promovendo um verdadeiro genocídio, porque houve primeiro a negação da pandemia e depois uma negativa em comprar as vacinas em 2020, nós poderíamos ter essas vacinas. Poderíamos ter salvado muitas vidas, mas o pensamento liberal, ele trata a coisa pública como algo que deve ser entregue à iniciativa privada para gerar lucro; por isso, é tão problemático quando alguém resolve, simplesmente por estar no governo, desconstituir normas que ao longo dos anos preservaram esses bens públicos. É o caso da CEEE? Sim, é o caso da CEEE. É o caso de muitas entidades públicas que passam por esta barbaridade que é o benefício ao mercado livre, ao mercado privado. A tentativa de colocar sempre a ideia do lucro é o pensamento liberal. Isso está por trás da ideia de extinção da Procempa, não é uma extinção pura e simples, escrita assim “extinção”, mas é o esvaziamento total das suas funções para privilegiar o mercado da TI, da tecnologia da informação. Isso está por trás de uma ideia de privatizar a Carris, porque é para ceder aos empresários do transporte coletivo que historicamente mandam em Porto Alegre e

que querem ter lucros cada vez maiores, querem ter as linhas de transporte mais lucrativas, querem ter, enfim, o domínio completo, a hegemonia absoluta do setor de transporte coletivo que é um serviço público. Ele é delegado, eles são concessionários de um serviço público, mas o que eles fazem é enriquecer. Somente isso! Cumprindo poucas normas e via de regra explorando ao máximo o nosso povo. Então, o pensamento liberal está por trás de tudo isso. Bem, nós combatemos isso. É a ideia de quem é socialista, de quem tem uma ideia pelo menos republicana da gestão pública, ou seja, aquilo que é de todos é de todos. O liberalismo trata aquilo que é de todos como se não fosse de ninguém. Portanto, deve ir para a iniciativa privada ganhar os seus dividendos. Nós temos inúmeros exemplos e aqui não dá tempo de falar, mas a Vale do Rio Doce, por exemplo, tantos anos uma empresa estatal que dava lucros extraordinários à União, nunca teve no seu período de gestão pública um único acidente grave, um único. No período de gestão privada, nós tivemos verdadeiras tragédias como a de Brumadinho. Nós tivemos uma situação gravíssima com a priorização do lucro em detrimento do interesse, seja das pessoas, seja do meio ambiente. Assim como na gestão liberal, nós temos a ideia, que nós vemos o governo federal implementar, o que é uma tragédia ecológica, ambiental mundial, que a floresta amazônica deve servir para plantar soja, deve servir para criar gado, deve servir à agricultura e à pecuária, o que é uma loucura completa! Uma desconsideração com a nossa história, nosso meio ambiente, nosso futuro! Por isso, quando há embates sérios aqui e fortes, e eu aqui não estou fazendo nenhuma desconsideração pessoal com quem pensa diferente de mim, é porque nós defendemos exatamente o benefício maior, o benefício para as pessoas, a igualdade de oportunidades, a solidariedade humana, aquilo que falta exatamente em quem só defende o lucro. Porque por trás do discurso público de maior eficiência, há um discurso privado nas reuniões de quem vai ganhar mais quando aquela entidade pública sair da disputa, sair do trabalho social que realiza. Esse é o grande perigo. Não se assume isso, os liberais não assumem isso, por quê? Porque ficam com receio de que a população se revolte, que o dia que a população tiver consciência de que estão lhe tirando o que foi muito duro conquistar, o dia que a população tiver consciência de que tudo que ela construiu ao longo de gerações, não nós, os anteriores a nós, o dia que perceber como isso é contra ela um verdadeiro crime, a população vai se revoltar. Não vai aceitar isso. Isso é uma barbárie. A questão da CEEE, levantada pela Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, é um exemplo.

Encaminho à conclusão, Sr. Presidente, para dizer que nós temos que ter sim uma coerência e nós sabemos que aquilo que é público deve ser preservado, aquilo que é público é de todos. Essa é a ideia da república. Não a ideia monárquica de que tudo era do rei e de sua família, e parece que é o que querem fazer no governo central no Brasil, e muito menos a ideia liberal de que tudo é para dar lucro. Não! Nós vivemos em sociedade, a sociedade deve ser boa para todos, tem que promover igualdade de oportunidade para todos, e determinadas entidades de caráter público são imprescindíveis para que isso ocorra, pois regulam, na verdade, o próprio mercado; até de um capitalismo mais decente, produtivo e com viés social é diferente disso. Eu lembro, por exemplo, da Inglaterra, onde a saúde pública. Por isso, Sr. Presidente,

vereadoras e vereadores, fica aqui esse registro, que é uma demarcação. Nós sabemos o que somos e sabemos o que combatemos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Boa tarde, Presidente Márcio, demais vereadores, público que nos assiste, eu vou ter que usar o tempo de liderança porque escutei algumas manifestações e aí pedi este tempo para contrapor algumas coisas.

Primeiro, eu quero me somar às falas do Ver. Ramiro e do Ver. Moisés em relação ao trabalho que foi feito na gestão passada e também dizer que a Câmara de Vereadores, Ver. Moisés e Ver. Ramiro, fez o seu papel, seja nas reformas necessárias que foram feitas, na busca da aprovação de projetos importantes, para que o Município pudesse ter resultados financeiros satisfatórios e, com isso, fazer os investimentos necessários nas obras da cidade de Porto Alegre. Então, quero parabenizar todos os vereadores da legislatura passada, que participaram de várias votações importantes, na Câmara, dando condições ao governo para que pudesse fazer essas necessárias mudanças, bem como os investimentos necessários, principalmente das vias públicas da cidade de Porto Alegre.

Também quero me contrapor à manifestação do meu amigo Ver. Pedro Ruas, pois pensamos, em algumas coisas, de forma divergente, como, por exemplo, quando ele defende a postura política do seu partido e a dele atacando aqueles que pensam diferente, ao dizer que ser liberal, ou pensar diferente do socialismo, significa buscar o lucro incessante de forma irregular, inclusive, dizendo que significa privilegiar algumas empresas de tecnologia, como a Procempa, ao afirmar que a privatização da mesma será para as empresas dos amigos ganharem dinheiro. Isso não é verdade. Eu presidi a CPI da Procempa, nos anos de 2013 e 2014, e, na ocasião, alguns servidores públicos foram punidos porque desviavam recursos públicos. Então, ser estatal não é uma garantia de que não vai haver desvio de recursos públicos, como também não quer dizer que o servidor público – não querendo dizer que todos os servidores públicos têm problemas – não vá ter problemas com desvio de recursos públicos.

Então, ser liberal é muito diferente do que querer privilegiar amigos ou querer ter lucros incessantes; ser liberal é ter ideias liberais, é pensar diferente em diversas situações como essa, Ver. Pedro Ruas. O liberalismo surgiu, como o senhor falou, na Inglaterra para lutar contra o absolutismo, contra os reis que dominavam e passavam todas as suas riquezas hereditariamente. Veio justamente para que as pessoas pudessem ter igualdade e liberdade de conquistar, de ter o direito de conquistar, e não passar de geração para geração, como acontecia na época em que os reis dominavam. Então, é uma luta que, realmente, começou na Inglaterra, onde os liberais lutavam para aquilo que o senhor falou aqui, assim como todos nós lutamos, ou seja, para dar

condições para as pessoas. Então, quer dizer que o socialismo é o que vai resolver os problemas de todos? Não, pois nós sabemos que a experiência, na prática, na União Soviética, em Cuba, não funcionou, ao contrário, no socialismo de lá somente os amigos do soberano é que podiam ter uma vida diferente. O lema é “ou faz como eu quero, ou está fora”. O liberalismo não é isso que o senhor falou, e nós podemos, sim, fazer uma discussão muito maior sobre o que é o capitalismo, o socialismo, o liberalismo. O que o senhor prega, na verdade, é que tudo seja estatal, é o concurso público, só que nós temos que ter recursos para bancar esses custos. E o que o senhor prega não significa que as pessoas pobres terão um melhor atendimento.

Um exemplo disso é que, infelizmente, cada diz mais, o judiciário vai entrando na política. Na sexta-feira, uma juíza concedeu uma liminar, dizendo que os postos de saúde que hoje estão sendo atendidos pelo Vila Nova, pela Santa Casa, pelo Divina não mais poderão ter seus contratos renovados porque a contratação tem que ser feita por meio de concurso público. Nós sabemos que os postos de saúde estão sendo atendidos pela Santa Casa, pelo Vila Nova, e estão sendo muito melhores atendidos do que por aqueles que lá estavam antigamente, ou seja, quando era uma estatal. Nós precisamos, sim, ter um serviço público bom e de qualidade, mas não quer dizer que tenha que ser por uma estatal. Hoje, o atendimento dos postos de saúde é um atendimento público, atendidos com qualidade, mas não por uma estatal; é uma instituição que está atendendo e, diga-se de passagem, está atendendo muito bem, e eu tenho certeza que melhorou a qualidade dos serviços.

Tudo isso aconteceu porque alguns partidos políticos entraram na justiça contra a demissão do IMESF, e dizem que os governos Marchezan e Melo é que não querem aquelas pessoas do IMESF trabalhando. Isso não é verdade. A verdade é que os sindicatos socialistas de esquerda entraram na justiça porque não queriam uma fundação atendendo na saúde pública e queriam concurso público. Mais uma vez, querem... (Problemas na conexão.) ...do Estado, um Estado que nós lutamos e brigamos para que seja um Estado garantidor da liberdade das pessoas, mantendo a segurança das pessoas, e que seja a garantia dos direitos individuais de cada pessoa, ou seja, que cada pessoa possa ter o seu direito garantido, no sentido de ter liberdade para fazer as suas escolhas. Isso, sim, é muito melhor para as pessoas, pois garante que as pessoas tenham, sim, a igualdade de direitos, como o senhor próprio falou, porém, garantindo esses direitos através do Estado, gigantesco, dominando tudo, e que todos os serviços sejam públicos e estatais. Eu não sei de onde vão sair recursos para que a gente possa atender bem a população que tanto precisa, e nós, sim, lutamos pelo um bom atendimento da população. Muito obrigado, e vamos, sim, fazer um bom debate, Ver. Pedro Ruas, sobre o que é melhor para a população de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra em Comunicações.

**VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB):** Boa tarde, Presidente, demais colegas vereadores. Como psicóloga e vereadora, um dos meus compromissos com a cidade de Porto Alegre é a atuação voltada para a saúde mental, ainda mais em tempos de pandemia. Desde março do ano passado, estamos vivendo essa pandemia, e isso gerou um impacto em nossas vidas: impacto econômico, político, social, na saúde pública, na vida profissional, acadêmica, familiar e emocional. Estamos vivendo algo sem precedentes na história. Todos os protocolos recomendam o uso da máscara, álcool em gel e distanciamento social ou físico. E vejam só que ponto importante: diversos estudos na área da psicologia referem que o isolamento social prolongado pode desencadear diversos sintomas ou intensificar aqueles que já existem, como, por exemplo, ansiedade, tristeza, depressão, insônia ou pesadelos, comportamentos de automutilação, chegando, inclusive, ao suicídio, estresse, queixas psicossomáticas, uso ou abuso de álcool ou outras drogas, sentimentos como raiva, medo, tédio e solidão. É claro que tudo isso irá depender do perfil de cada um, do apoio familiar e das condições desse isolamento.

A incerteza sobre o futuro, aliada ao desconhecimento de tratamentos eficazes no combate à Covid-19, produz uma insegurança na dinâmica econômica, política, social e emocional também, fazendo com que as soluções tenham que ser pensadas a cada dia – eu digo a cada minuto –, pois tudo pode mudar. As consequências dessa instabilidade, dessa insegurança são gerais. Esse cenário declara uma crise psicológica sem precedentes, demandando dos profissionais da saúde mental a acolhida e o manejo terapêutico adequado em situações de crise. Como vereadora, eu tenho encaminhado alguns projetos que eu gostaria de compartilhar nesse momento. Há duas semanas, eu conversei como o nosso prefeito Sebastião Melo e com a secretária da SMED e apresentei Lei Federal nº 13.935, de 2009, que determina que a rede pública escolar contará com serviços de psicologia e serviço social nas escolas. A lei foi assinada pelo nosso Presidente no dia 12 de dezembro de 2019 e dispõe do prazo de um ano para que sejam tomadas as devidas providências. Claro, como o nosso prefeito Sebastião Melo assumiu agora em janeiro, esse prazo de um ano terminou no ano passado e a ideia era tão somente apresentar para ele essa matéria e ver como serão os próximos passos. Tanto ele quanto a secretária Janaína se mostraram muito receptivos.

Também há um outro indicativo de lei para que seja criado o SAMU mental. Assim como existe o SAMU para serviços de urgência, emergência, seria um SAMU mental dirigido para esse aspecto mais psicológico. Poderia ser em situações como surtos psicóticos, depressão, transtornos de ansiedade, dependência química, automutilação e tentativa de suicídio. É necessário dizer também que esse SAMU mental já existe em algumas cidades do nosso estado e do nosso país. Protocolei também um outro projeto de lei em que a Prefeitura fica autorizada a implantar um ambulatório pós-Covid-19 para residências aqui em Porto Alegre, com equipes multiprofissionais que poderão contar com médicos nas diversas especialidades, como psiquiatra, pneumologistas, cardiologistas, urologistas, neurologistas, psicologia e terapeutas. Por quê? Porque diversos estudos já têm demonstrado que pessoas que tiveram Covid-19 na sua forma severa ficaram com sequelas, e é necessário tratar essas

pessoas. Tem um outro projeto de lei que nós apresentamos que obriga todos os serviços da Prefeitura – escolas, conselhos tutelares, unidades de clínicas, ambulatórios, centros de saúde – a comunicar formalmente os casos de automutilação, tentativas de suicídio, suicídios, para a Secretaria Municipal de Saúde.

Outro projeto também foi feito, em parceria com o nosso vereador e colega Claudio Janta, eu como coautora, instituindo um suporte psicológico e psiquiátrico para os profissionais da área da saúde e para os professores que estão atuando nesse cargo em relação a essa questão da Covid-19. Nós precisamos ter uma atenção voltada nesse sentido. Esses são alguns dos nossos projetos – já estou finalizando, Presidente –, nós estamos trabalhando muito, e eu sigo com o meu compromisso de defender pautas ligadas à saúde mental. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, membros desta Casa, uma boa tarde a todos, uma boa semana para todos nós. Estava até agora escutando coisas aí e volto a insistir no que eu já tenho dito. Ou nós vamos tratar esse tema da Covid-19 como um tema de saúde pública, nós vamos tratar esse tema da Covid-19 como uma pandemia, uma coisa que está incomodando, assolando, destruindo famílias, ou nós vamos fazer política e politicagem. Não está tudo às mil maravilhas, mas também não é tão desesperador somente para quem está ameaçado de perder o seu emprego, só é desesperador para quem está ameaçado de não ter a garantia de sustento da sua família. Aí nós politizamos tudo: tudo vem para direita e esquerda, tudo vem para oposição e governo, eu acho que nós temos que nos unir. O Ver. Pedro Ruas disse que, se tivesse coisas boas no governo, iria enaltecer. Quero dizer, Ver. Pedro Ruas, que, de março do ano passado até o final do ano passado, a Prefeitura de Porto Alegre distribuiu 109.767 cestas básicas para famílias carentes, para famílias necessitadas e que precisam desse auxílio. A vereadora disse que não tem que ter cadastro, mas, se não tem que ter cadastro, de onde nós vamos tirar as cestas básicas? Eu me lembro muito bem de ouvir falar, na época em que davam o tíquete de leite, tíquete de construção, que isso virou uma moeda de troca na nossa cidade, uma moeda de troca em vários lugares. Nós tivemos a entrega de 14.766 cestas básicas na Restinga, oito mil e poucas no Partenon, oito mil, quatrocentas e poucas na Lomba, 18 mil na Glória-Cristal, 12 mil no Eixo Baltazar e por aí vai. Então, o governo, mediante as suas condições, está fazendo a sua parte. Aí nós queremos vacinas para todos, nós queremos alimentação para todos, nós queremos oxigênio para todos, nós queremos auxílio para todos, nós queremos tudo! Volto a dizer: o caixa é um só, gente! Um caixa em que, de cada R\$ 100,00 arrecadados, Porto Alegre fica só com R\$ 16,00. O caixa é um só, é um caixa só para todas essas exigências que nós apresentamos.

Eu protocolei um projeto na Câmara que eu espero que todo mundo vote a favor. Vamos iniciar pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, nós abrindo mão de 50% dos nossos salários, abrindo mão do que nós temos de direito, de ajuda de gabinete, 50%! Vamos começar por nós e vamos começar a falar de outras coisas, nós estamos em plena Covid-19. Aí entram na justiça, como o Mauro disse aqui, para pedir que sejam acabados os convênios firmados com a Santa Casa, os convênios firmados com o Divina Providência, os convênios firmados com o Vila Nova, os convênios firmados com o Instituto de Cardiologia, hospitais de excelência do Sistema Único de Saúde, hospitais que atendem às pessoas, hospitais que são da nossa comunidade, da nossa cidade, e aí nós achamos que são incapazes. Aí nós vamos abrir um concurso público, abre um concurso público, alguém vai lá e entra na justiça. Como é que ficamos em plena pandemia? Em plena pandemia! Pelo amor de Deus! Em plena pandemia tem pessoas discutindo o sexo dos anjos. Não tem condições, nós não vamos avançar em lugar nenhum! Nós não vamos chegar a um objetivo.

Eu venho dizer aos vereadores que tem um projeto para que os vereadores abram mão, durante o período de pandemia, de 50% dos seus salários, de 50% da sua verba de gabinete. Podem fazer uma emenda destinando esse recurso para algo. Eu não fiz demagogia nenhuma, eu destinei as minhas emendas impositivas todas para a área da saúde, estão todas destinadas para a área da saúde, o que era e o que não era. Abri mão de um sonho. Consultei várias mães, várias famílias, abrimos mão de um sonho que é construir o centro de referência do autista, porque entendemos que, neste momento, é mais importante se combater o vírus.

Para concluir, Sr. Presidente, eu só queria fazer uma reflexão: nós falamos em vacina, falamos em vacina, vamos refletir o que seria certo neste momento de pandemia, qual seriam os grupos certos de serem vacinados. Na próxima vez que nós viermos falar, nós vamos avançar neste assunto de reflexão, de botar os interesses do povo, os interesses da cidade na frente de qualquer outra coisa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Sr. Presidente, nós temos uma audiência, temos uma sociedade acompanhando as sessões. O Ver. Claudio Janta fala de uma maneira sobre a questão dos hospitais, das contratações médicas e da exigência de concursos, e da mudança, que é a decisão de sexta-feira da Justiça, dando a entender que essa ação judicial foi ajuizada pelos partidos de oposição. Isso não é verdade, é uma ação ajuizada pelo Ministério Público. Então dirija essa sua fala, pelo menos no que tange a esse aspecto, ao MP, não aos partidos de oposição. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Diretor, temos mais alguém inscrito em liderança?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Não, Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Solicito que seja feita a chamada para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e cinco Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h50min:** Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

**Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 076/20 por duas sessões.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0277/20 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 018/20**, que inclui os arts. 3º-A, 3º-B, 3º-C, e revoga o art. 3º da Lei nº 5.548, de 28 de dezembro de 1984, que consolida dispositivos relativos a instituição da Passagem Escolar no Município de Porto Alegre, instituindo os procedimentos para a concessão e renovação da carteira de Passagem Escolar do transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre. **(SEI 118.00163/2020-18)**

#### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CEFOP**. Relatora Ver<sup>a</sup>. Bruna Rodrigues: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Pablo Melo: pela manutenção do Veto Parcial.

#### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

**Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:**

**SIM** – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

**NÃO** – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 01-04-21 (quinta-feira).

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLE n° 018/20, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, público que nos acompanha. Eu fiz questão de fazer uma fala logo no início desse processo, para deixar claro. Tive o papel de relatar esse projeto na CEFOR, quando eu era membro na legislatura anterior, e agora na CCJ, aí com duas perspectivas diferentes de análise do próprio processo: uma na perspectiva de impacto orçamentário-financeiro, própria da CEFOR, e outra agora no que diz respeito à óbice ou então às demais formas de contemplar aquilo disposto, aprovado a tramitar ou não. Nesse caso específico, o desafio que se impôs nesse projeto é o seguinte: o projeto em questão, eu, particularmente, votei a favor dele, eu o defendi em tribuna durante sessões de votação e ainda acredito que é um projeto bom, que torna o procedimento de emissão e renovação da carteira de passagem escolar mais descentralizado, menos burocrático, facilita a vida justamente dos nossos estudantes, ou seja, é bom para a cidade. E, nesse caso em questão, a minha relatoria da CCJ vai ao encontro do fundamento de conveniência administrativa para o veto dado pelo Executivo. Então eu, de fato, concordo que existe, a tese confirma esse fundamento, a conveniência administrativa se coloca, mas não há óbice jurídico e tampouco acredito que o mérito seja ruim, ao fazer voto contrário à matéria. Então o parecer da CCJ seja justamente de manutenção do veto pela conveniência administrativa alegada ser de fato verificada, entendo que não há óbice jurídico e que o mérito é bom para a cidade, é da natureza, aliás, da autonomia do Executivo vetar projetos que não queira implementar, independente do motivo, e nós, parlamentares é que podemos divergir disso. Então eu divirjo do mérito exposto nesse veto da Prefeitura e, portanto, esclareço aqui minha posição nos diferentes pareceres e já declaro que votarei favoravelmente à derrubada do veto, por achar que o projeto é bom e meritório para nossa cidade. Agradeço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLE n° 018/20, com Veto Parcial.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente, vereadoras e vereadores, numa votação importante como essa – como nas demais, evidentemente, mas essa mais ainda, porque há uma série de detalhamentos –, eu tomo sempre o cuidado, como líder de oposição, de consultar os líderes do PSOL, do PT do PCdoB.

Nós temos uma posição, e até é algo que fica um pouco interessante em função da fala recente do Ver. Camozzato, mas é de prestigiar o veto. Eu até entendo que esse veto deveria ter sido maior. Eu não estava aqui na legislatura passada, mas o líder Roberto Robaina me atualizou bastante sobre esse projeto, e eu tive contato com as entidades estudantis, que não gostavam do projeto. Então o nosso apoio ao veto vem, exatamente, porque ele é ruim para as entidades que representam os estudantes, portanto ruim para os estudantes – o veto recompõe parcialmente as coisas. Então, meu caro líder do governo, Idenir Cecchim, mandou bem o prefeito, mandou bem o veto. Poderia ter vetado mais, poderia ter ido mais além, mas o veto parcial vai ter o nosso apoio, e eu faço essa fala de defesa do veto do prefeito Sebastião Melo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20, com Veto Parcial.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Eu queria fazer coro à manifestação do nobre Ver. Pedro Ruas – saudando o Presidente, colegas vereadores e vereadoras –, na medida em que o governo anterior, na verdade, queria fazer uma intervenção nas entidades estudantis, portanto, lamentavelmente, tirando o poder e o próprio caminho de sustentação dessas entidades. Acho que foi uma retaliação muito pontual naquele momento que, agora, o atual governo, percebendo isso, dialogando com as entidades, acabou voltando atrás e, portanto, veta o projeto. Nós vamos acompanhar o veto, temos acordo com os estudantes, e, se isso acontecer, é preciso que se tenha oportunidade de ouvir os segmentos, os estudantes, através de uma audiência pública, para trabalhar com a ideia de amplitude de democracia. O governo anterior não tinha isso, o governo anterior não recebia as entidades, o governo anterior parece que tinha alergia do segmento social e do controle social. Lamentavelmente, tinha o costume de mandar esses projetos de lei e não receber ninguém. Agora o atual governo mostra claramente, e é um sinal positivo que apoiamos, o fim dessas atitudes antidemocráticas que aconteceram no governo anterior, esperando que este, realmente, possa corrigir determinadas distorções que, naquele momento, naquela gestão, foram horríveis. Casualmente, a gente tem acordo da oposição em manter o veto ora estabelecido. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20, com Veto Parcial.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Boa tarde a todos. Confesso que estou em dúvida de como votar esse projeto. Assim como falou o Ver. Camozzato, eu entendo a importância do projeto, e sinceramente não entendo por que o

prefeito Melo vetou. Mas achei interessante também ouvir a fala do Ver. Oliboni, porque eu vejo muito a esquerda falar que o prefeito Melo, apesar de dizer que tem diálogo, na verdade não tem diálogo, porque não cede às solicitações dos servidores, às solicitações da esquerda. No entanto, agora, com a fala do Ver. Oliboni, ficou claro que o prefeito cede, porque o que foi colocado pelo Ver. Oliboni é que, após o diálogo com as entidades estudantis, com alguns vereadores que defendem os estudantes ao seu modo, o prefeito, apesar de ter um viés mais liberal, ao invés de ter um viés mais voltado para o perfil econômico e ser taxado pela esquerda como uma Prefeitura não voltada para as questões sociais, ouviu esses movimentos sociais, ouviu os estudantes, ouviu os vereadores da oposição e vetou alguns pontos do projeto. Então eu queria só pontuar, eu vou me lembrar disso – até vou anotar aqui –, que, quando os vereadores do PSOL, do PCdoB e do PT pontuarem que o governo Melo não é do diálogo, eu vou lembrá-los da fala do Ver. Oliboni e desse projeto que teve vetos a pedido da oposição, e que, sim, o prefeito Melo é o prefeito do diálogo. Assim como ele fala, dialogar não é concordar; é ouvir, ponderar e decidir. E, como ele tem a caneta na mão, eu entendo que ele tem o direito, inclusive, de se opor, não se manifestando com vetos ou com projetos, conforme entender. Fica aqui o registro: eu gostaria de guardar essa fala do Ver. Oliboni, que testemunhou que o prefeito Melo é, sim, do diálogo e que constrói, inclusive, com a oposição. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20, com Veto Parcial.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Mais uma vez, boa tarde aos colegas vereadores e ao Presidente. Eu tive o prazer de dialogar muito sobre este projeto com o prefeito, ouvimos as entidades estudantis, dialogamos sobre a ausência da participação das entidades na construção deste projeto, tive uma série de conversas, inclusive, quando o Ver. Jessé... Nós estávamos lá no Postão da Cruzeiro, o prefeito me chamou novamente para reiterar o compromisso com o projeto, de ampliação do diálogo com as entidades estudantis. Nós seguimos apoiando o veto parcial do prefeito porque nós acreditamos que é com a participação popular – inclusive, vereador, considerando o contraditório, que é da democracia, que permite com que nós dois possamos divergir – que este projeto precisa ser aprovado. Nós entendemos que é a participação popular que faz desta Casa um ambiente democrático. Queria deixar aqui o nosso registro da grande construção com o prefeito de um símbolo importante. Nem sempre nós estamos no mesmo campo, mas é importante construir vitórias em conjunto. Eu não sei se o vereador acompanhou, eu fiz uma série de referências a este projeto anteriormente, inclusive valorizando o Poder Executivo, valorizando a participação do prefeito na construção do diálogo, na aproximação das entidades estudantis. Então, quero fazer esse registro aqui, que o extrato deste projeto é o extrato da ampliação do diálogo e da participação das entidades estudantis num

projeto que excluiu as mesmas da construção e da participação num projeto que fala sobre a existência das entidades estudantis. Queria deixar a posição da bandada do PCdoB e dizer que nós contamos com o voto de cada uma e cada um dos vereadores. Obrigada, Presidente

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20, com Veto Parcial.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Só para reafirmar que este veto foi uma construção do coletivo, uma construção das entidades estudantis, do movimento estudantil, que, felizmente, o prefeito Sebastião Melo honrou e compreendeu essa demanda, então tem que ser saudado nesse sentido. E quando a gente critica o prefeito, Jessé, não é uma crítica rasa, não é uma crítica vazia, a gente reconhece quando existe acerto, mas também cobra, como a oposição deve fazer, quando existe falha, e tem falhado muito; tem dialogado bastante, isso é verdade, mas tem falhado muito em entender e compreender as demandas válidas das entidades e dos grupos que buscam esse diálogo. É importante, eu fui presidente do grêmio estudantil duas vezes, participei bastante do movimento estudantil, e eu sei da relevância que tem determinadas ações, determinadas, digamos, fontes de recursos, inclusive, para essas entidades, para elas continuarem agindo, continuarem existindo, continuarem fazendo o debate, continuarem trazendo atividades culturais para os seus espaços estudantis, continuarem fazendo suas atividades, inclusive, educacionais, também, com palestras, enfim, espaços culturais. Tudo isso demanda, e essa situação das carteiras e de tudo que está sendo debatido através desse veto, tem um impacto, sim, nessas entidades que são apartidárias. Isso não é uma disputa partidária, são vários partidos, não partidos, enfim, são entidades não ligadas a nenhum partido, que estão acima dessa disputa ideológica, mas que tem uma função essencial, que é fortalecer essas entidades, fortalecer os estudantes nas suas demandas diárias, nas suas dificuldades, para que possam melhorar os seus espaços de aprendizado, melhorar as suas estruturas também. Então, saúdo esse veto, parabênizo as entidades estudantis que conseguiram modificar essa lógica que o governo Marchezan estava tentando impor, praticamente uma retaliação que foi realizada naquele período, estamos juntos e vamos votar a favor do veto do prefeito Sebastião Melo. Saudar a todos e todas. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Giovane Byl está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20, com Veto Parcial.

**VEREADOR GIOVANE BYL (PTB):** Boa tarde, Presidente Márcio; boa tarde, senhoras vereadoras, senhores vereadores, todos que nos assistem pela

TVCâmara, pelo YouTube; quero me manifestar aqui, Presidente, e dizer que esse veto do prefeito Melo mostra aquilo que a gente vem dizendo desde o início do governo, que o governo Melo é um governo de diálogo, é um governo de convergência. Eu acho que esse ato de estar firmando esse compromisso com os estudantes de Porto Alegre, a juventude de Porto Alegre, reafirma tudo isso que a gente vem dizendo, que essa gestão tem se mostrado uma gestão de diálogo. Na minha adolescência, tive a oportunidade de ser vice-presidente do grêmio estudantil do Rio Branco, foi uma oportunidade única de começar a entender, de participar, e, através do grêmio estudantil e da confecção das carteirinhas, nós conseguimos, ali na escola, suprir algo que o Estado não estava conseguindo suprir, que era equipamentos esportivos, uma grafiteagem no muro da escola, inserir um pouco de cultura dentro do ambiente escolar, onde a direção da escola não tinha recursos, e, através do fundo que o grêmio estudantil arrecadou com a confecção das carteirinhas, nós nos reunimos e decidimos onde seriam aplicados esses recursos. Então, acredito que a confecção da carteirinha estudantil fomenta a participação do jovem no debate político. Não quero me ater em questão de linha, se é de esquerda, se é de direita, porque, para mim, o que importa é que o jovem se envolva na política, e retirar isso, da maneira como foi retirada na última gestão, sem diálogo, sem conversar, eu acho que não foi produtivo. Eu quero aqui saudar esse posicionamento do Melo, apoio que as entidades... Apesar de eu não ter vínculo com nenhuma entidade estudantil, eu acho muito importante a participação do jovem nesse processo. O meu voto vai ser favorável ao veto parcial do prefeito, e quero aqui saudar todos os estudantes, todos os jovens que têm interesses políticos e têm interesse pela política. Muito obrigado, Presidente; boa tarde a todos, a todos os estudantes, isso é uma vitória.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20, com Veto Parcial.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Presidente Márcio, vereadores, se alguém tinha dúvidas, pelas falas de alguns vereadores ficou bastante claro que na verdade esse sistema que foi modificado com a aprovação da lei do ano passado, reflete diretamente em recursos que são destinados a entidades por todos aqueles que fazem a sua carteira escolar. A carteira escolar, na verdade, foi criada para diminuir o custo daqueles alunos que precisam, e todos esses alunos, quando fazem suas carteiras, estão financiando entidades com esses recursos. Na verdade, quem faz tudo é o Município. Quem sempre fez foi a EPTC, através da EPTC são confeccionadas as carteirinhas, e, na verdade, tem uma taxa, todo mundo que faz a sua carteirinha paga e esse dinheiro é destinado a essas entidades. Então, pela maioria dos vereadores que estão aqui defendendo, do PT, do PSOL, do PCdoB, entidades certamente ligadas a eles e todos aqueles alunos financiam essas políticas, que acabam virando políticas partidárias, como bem falou o Leonel Radde, que tem pessoas deles ligadas, que recebem esses

recursos. Indiretamente, toda pessoa que faz uma carteirinha não sabe, mas está financiando entidades que são ligadas a partidos políticos. Eu acho que, ou o Melo não entendeu direito, ou quis fazer um gesto de diálogo, mas eu não concordo, vou votar pela derrubada do veto, porque acredito que as pessoas nem sabem, quando fazem as suas carteirinhas escolares, que estão financiando entidades e partidos políticos com esses recursos, e eu acho que essas pessoas não têm a necessidade fazer esse patrocínio para partidos políticos, através de uma ação que deveria ser para diminuir os custos dessas pessoas. Portanto, eu sou totalmente favorável ao projeto como ele foi aprovado, como a maioria dos vereadores, quando votaram favorável, em 2020. Continuarei mantendo a minha coerência, como votei em 2020, votarei para manter, porque acho importante que as pessoas saibam o que realmente está por traz. Ficou bastante claro aqui nas falas do Ver. Pedro Ruas, Oliboni, Leonel Radde e da Bruna que esses recursos são utilizados pelos partidos políticos, indiretamente, que as pessoas estão patrocinando sem saber. Portanto, infelizmente, vou ter que discordar e votarei pela derrubada do veto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20, com Veto Parcial.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Muito obrigado, Presidente e todos dos colegas. Do que este projeto trata? Trata de pila, bufunfa, dinheiro para a conta de instituições que se retroalimentam e acabam também financiando partidos políticos, instituições, até mesmo, segundo muitas denúncias, campanhas de candidatos políticos – de agentes políticos. Aqui não está se tratando de defesa de estudante, de transporte público, em absoluto, está muito claro aqui também, devido à fala de todos os vereadores que defenderam a manutenção do veto. E creio eu que houve algum equívoco por parte do prefeito, talvez alguém tenha lhe passado alguma informação equivocada, o Ver. Mauro Pinheiro colocou aqui com muita clareza, acompanho os demais colegas que se manifestaram a respeito de serem favoráveis à derrubada deste veto. Vale lembrar também que este projeto foi concebido na gestão passada, encaminhado e votado aqui pela maioria dos vereadores, não entendo que diálogo é este, não entendo que tipo de questão que está sendo colocada para fazer essa derrubada. E quanto mais liberdade se tiver de atuação, pois não se está competindo aqui nenhuma instituição, nenhuma entidade de emitir a carteirinha de fazer esse intermédio, não se está proibindo, em absoluto, esse tipo de questão, pelo contrário, está-se abrindo mais oportunidade e tirando o monopólio daqueles que estão sentados em cima do cofrinho, fazendo ali o seu dinheiro, sem prestar contas muitas vezes. Vocês já viram a prestação de contas de centros acadêmicos, DCEs, como funciona? Acho que boa parte de vocês aqui sabe bem como é que funciona. Então vamos quebrar essa lógica perversa e fazer com que mais entidades tenham oportunidade de fazer esse

tipo de situação e valorizar o trabalho da Prefeitura que, de fato, já faz toda a parte primordial das carteirinhas. Obrigado, presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20, com Veto Total.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Boa tarde a todas e a todos os colegas vereadores; e à cidadania que nos ouve. Este veto do prefeito, eu quero dizer por que ele é importante. Muitos vereadores aqui estão ideologizando o debate, não sei, é um encantamento por ideologizar tudo, polemizar sempre. Acontece que as carteirinhas estudantis hoje são feitas em vários lugares da cidade, várias escolas podem fazer, os grêmios estudantis fazem. Então, o aluno não precisa sair, se deslocar para a zona central, gastar passagem, tempo, eles fazem lá, é encaminhado. E, lendo o parecer da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, achei vergonhoso o parecer, porque ela diz: “Conclui-se, portanto, a manutenção do Veto Parcial, nos termos proposto pelo Executivo, implica na significativa redução do escopo do PL proposto para descentralizar, modernizar e desburocratizar.” Mentiu aqui, mentiu, o projeto não é para desburocratizar e, sim, burocratizar porque coloca só para a EPTC; segundo, não moderniza nada, porque estabelece esse regramento no PL; e terceiro, descentralizar se vai tirar de todas as escolas, instituições, enfim, são várias nesta cidade que a gente nem tem o número porque são muitas. E outra, essas entidades que estão falando aqui que esse dinheiro é para financiar movimento, olhem só a ideologização, o nível da paranoia que entraram! Eu indico, até, que os vereadores tomem um chazinho de maracujá para se acalmarem um pouco. Na verdade, muitas dessas instituições, grêmios estudantis fazem o autofinanciamento, ou seja, com o dinheiro grosso das carteirinhas acabam financiando as carteirinhas de quem não consegue pagar, de estudantes que não têm como pagar a sua carteirinha. Essa é a realidade da escola pública, e eu estou falando aqui com autoridade de professor de 12 anos de escola pública, eu sei o que acontece nas escolas, e acontece muita solidariedade. Solidariedade como esta que aconteceu na pandemia de os professores fazerem vaquinhas, muitas vezes para dar cesta básica, porque o governo Marchezan não mandava para as escolas, o mistério aquele da alimentação escolar. O governo Marchezan, na verdade, queria atacar os mais pobres quando queria tirar esse processo de vários grêmios estudantis fazerem a sua carteirinha, e mais do que isso, quero provar aqui o que estou falando. O governo Marchezan deu 39 milhões para os empresários de ônibus, agora me diz se o governo Marchezan tratou de isentar o procedimento de produção ou renovação de carteirinhas? Nunca, nunca! Ajudar os pequenos que precisam, nunca! Agora, sim, 39 milhões para os empresários. Parabéns ao prefeito por este veto, para que, sim, permaneça descentralizado o processo de produção de carteirinhas estudantis na cidade. Parece que o pessoal quer burocratizar, quer levar todo mundo para a zona central para fazer carteirinha. Deixem as pessoas fazer nos seus bairros, deixem fazer nas suas escolas, deixem acontecer o

autofinanciamento de muitos estudantes carentes. Sinceramente, colegas, nós temos mais coisas para debater nesta cidade, mais coisas, do que ficar nesse impasse de ideologização de tudo. Daqui a pouco não se pode mais usar caneta vermelha, porque é vermelha. O que é isso! Vamos ter sensibilidade, gente, vamos ter sensibilidade, vamos nos focar no que importa, vamos de uma vez aprovar os vetos do prefeito Sebastião e vamos tocar para frente a pauta porque a cidade quer vacina, testagem em massa, quer leitões, quer saúde. A cidade quer voltar a funcionar, um terço do comércio foi quebrado, porque os vereadores ficavam se dedicando à carteirinha escolar no ano passado para detonar estudante do que tratar de ajustar o sistema de saúde e garantir vacina para todos. Agora, teve que esta Legislatura autorizar o prefeito, porque o outro não queria autorização para comprar vacinas. Nunca pediu, poderia ele ter feito os contratos em julho, mas não, o Marchezan estava programando a burocratização da produção da carteirinha escolar. Então, por favor, por favor, sensibilidade e seriedade nas pautas que Porto Alegre precisa.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20, com Veto Parcial.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu ouvi alguns discursos muito bonitos falando em ideologia, falando em comércio quebrado e, principalmente, dizendo que quem faz carteirinhas são os grêmios estudantis nas escolas. Não, vamos devagar que o santo é de barro e de barro o andador mais ainda, quem faz as carteirinhas de estudante em Porto Alegre é a UEE, a UGES, a UNESCO, não são os grêmios estudantis. O grêmio estudantil tem que se reportar a essas entidades, o diretório tem que se reportar a essas entidades e são elas que fazem a carteirinha e dão uma miséria para o diretório. Isso é igual ao sindicato, a confederação arrecada o imposto sindical e quem faz tudo é o sindicato, e o sindicato fica com a beirinha desse negócio. O que nós propusemos, quando fizemos isso, era que essas escolas, como o Ver. Jonas disse, tivesse, realmente, autonomia, não de serem empregados dos diretórios, não de serem empregados das Uniões, mas de ficarem com os recursos para eles e eles poderem encaminhar diretamente para a EPTC. Então, vamos parar de colocar o que não é verdade. O projeto é bem claro, ele autoriza entidades dentro das escolas a encaminharem direto a carteirinha. E os estudantes podem escolher onde querem fazer e, além disso, a EPTC poderá credenciar outras entidades como, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil para fazer a carteirinha de estudante dos seus associados que trabalham e que o sindicato possa dar isenção dessa taxa. E como outros sindicatos, o Sindicato dos Comerciantes de Porto Alegre, o Sindicato dos Vigilantes, o próprio Sindicato dos Rodoviários. Então, vamos devagar, não é isso que diz o projeto. E, Ver. Jonas, pare de fazer demagogia com essa questão da vacina, o senhor já inventou uma cidade de 100 mil habitantes e comprou 400 mil vacinas, e o senhor não falou até agora o que vão fazer

com o excesso de vacinas, sendo que não pode comprar. Então, vamos devagar que o santo é de barro e o andador também, agora o senhor vem dizer que no ano passado ninguém comprou vacina, que a Câmara não comprou vacina. Pergunto: que autoridade a Câmara tem de comprar vacina? Quem falava em vacina no ano passado? Vamos devagar, vamos devagar! A vacina teve que passar por vários critérios, começaram a estudar a vacina, começou a ter algum avanço em julho. Ou então o senhor é daqueles que o vírus foi feito em laboratório e que a vacina já estava pronta em fevereiro, quando esse vírus despencou para o mundo inteiro. Então, vamos devagar. E eu faço coro aqui aos outros, eu acho que o prefeito se equivocou nesse veto, sou da base do governo, voto junto com o governo, e, se for uma deliberação do governo, se o líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, disser que nós temos que manter o veto, eu vou manter o veto, agora, está equivocado, principalmente os discursos que estão dando.

O projeto, volto a dizer, é bem claro, ele tira a compulsão – hoje é compulsório, tem vários impostos no Brasil que são compulsórios como no nosso contracheque, principalmente imposto de renda e previdência –, liberando, volto a dizer, para os grêmios estudantis, para os centros acadêmicos, para os diretórios fazerem as carteirinhas sem depender das entidades, pode-se dizer, de terceira instância, que seriam a União dos Estudantes Secundaristas, a União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas, em Porto Alegre a UNESCO, a União Metropolitana dos Estudantes. Então o que se propõe com esse projeto que, na época, foi discutido muito na Câmara de Vereadores, teve discussão em plenário, teve discussão nas comissões, tanto que teve pareceres das comissões como teve agora na questão desse veto, e chegamos à conclusão que tinha que descentralizar, não é a EPTC que vai fazer, a EPTC vai ser responsável pela confecção da carteirinha, o que é hoje como o Ver. Mauro disse. Agora, poderá, volto a dizer, os grêmios estudantis, os diretórios, os centros acadêmicos fazerem as carteirinhas não dependendo somente das entidades que detêm esse monopólio. Seria isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLE nº 018/20, com Veto Parcial.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Boa tarde, colegas vereadores; boa tarde, presidente. Eu gostaria de deixar registrado esse ataque que acabei de sofrer por parte do Ver. Jonas Reis me chamando de mentirosa, de calúnia pelo simples parecer que eu coloquei diante de um projeto que veio do Executivo. Então, eu gostaria de colocar isso, porque sou vereadora nova na Casa, ouvi agora diversas mentiras que ele falou da gestão passada, e ainda já vendo que essa é uma prática que está ocorrendo aqui na Casa. Novamente fui atacada – fui atacada no início dos nossos trabalhos, colocando, me expondo nas redes sócias, e agora novamente estou sendo atacada. Não sei por que esse caráter pessoal, e coloco aqui novamente porque eu já trouxe esse processo para dentro da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, sobre

quebra de decoro parlamentar, e estarei, então, novamente, tomando as devidas atitudes para que a gente consiga trazer um ambiente de respeito, não chamando ninguém de mentiroso, porque todos nós aqui somos vereadores – podemos divergir em ideias, mas colocar mentiras nas palavras de outras pessoas e agir com desrespeito, isso não vou deixar que aconteça, porque, sim, da mesma maneira que as gurias aqui vêm dizer, a Bruna, a Daiana, todas, eu sou mãe de dois filhos pequenos, não venho da política, eu também sou uma das primeiras mulheres da família a se formar no ensino superior, mas não fico aqui chorando as pitangas, estou aqui, abrindo meu espaço, mas com respeito e trabalho sério. Então gostaria de deixar aqui, na frente de todos os meus colegas vereadores e de quem nos acompanha pela TVCâmara que esse espaço foi feito para a gente estar debatendo ideias, não atacando outros vereadores, colocando mentiras nas suas falas, principalmente, no seu trabalho, muito bem feito, pelo seu time jurídico, que foi o que o meu fez, com esse excelente parecer, diante desse projeto que vem. Obrigado, Presidente – agradeço pela atenção.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não há mais inscritos para discutir. Em votação o PLE nº 018/20, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, queria fazer aqui a minha fala em função de algumas considerações feitas por vários companheiros, colegas vereadores e vereadoras. A primeira, quando o Ver. Jessé se reporta a que a oposição, pela primeira vez, reconhece o diálogo do atual prefeito em relação a um projeto de lei que recebeu algumas entidades. Nós, da oposição, temos a responsabilidade de ter opinião, e nossa opinião em relação a este governo, somos oposição, temos a responsabilidade de dizer que em várias situações, o governo atual não agiu da mesma maneira como agiu com o recebimento dessas entidades e ceder ao pedido feito por elas. Não foi o mesmo quando nós estávamos discutindo a reforma da previdência – foi necessário judicializar; não foi o mesmo quando estávamos discutindo – estamos discutindo – e o governo já quer fazer reunião conjunta na próxima quarta-feira em relação à Procempa. Então, não é bem assim. E outra, uma mentira dita muitas vezes pode virar uma verdade - os estudantes que estão nos acompanhando sabem disso. Por exemplo, dizer que a receita dessas carteirinhas vai para partido político, por favor, Mauro Pinheiro, tu conheces, tu sabes, teu *métier* é outro, e tu dizes isso! Na verdade, não se sustenta isso que tu dizes. Essa é a vida do dia a dia desses estudantes, que, por sua vez, os partidos de centro e de direita não querem vê-los lá na Câmara, entendeu? Por isso, não querem, por exemplo, manter a meia-passagem, a meia-entrada, e tantas outras questões e benefícios. Ou estou falando uma inverdade? O governo municipal, Sebastião Melo, já disse, que pretende, não só reduzir o número destas gratuidades, como também a meia-passagem, com também a venda da Carris. Cá para nós, o diálogo tem que ser permanente, e não só permanente, quando

solicitado um debate com a opinião pública tem que fazê-lo. E aí se convencer disso. Agora, nós, com certeza, ainda temos a opinião, clara e precisa, de que infelizmente o atual prefeito comprou a agenda do prefeito anterior, e infelizmente sofrerá um desgaste enorme – já está tendo – nós seus próximos 100 dias de governo. O que aconteceu na semana passada, véspera da Semana Santa? Pois ele não concordou com o decreto do governo do Estado, queria abrir tudo no final de semana, para quê? Para, daqui a dez dias, colapsar novamente. Por favor, é como vários colegas aqui falaram, minha colega Reginete falou no início, com relação à economia e à vida da pessoa humana. Tem muita gente que acha que tem que abrir tudo, tem muita gente que pode abrir, mas com as precauções, não só conhecidas pela ONU, mas também estabelecidas, para poder prevalecer o direito à vida das pessoas. Venderam na semana passada, como votamos aqui a frente da Mônica, de que nós votamos a favor do *kit* Covid, lamentavelmente, sempre tivemos posição contrária. Esse tratamento precoce nunca deu em nada – as pessoas estão perdendo a vida; mas, não, *fake news* implantadas por alguns jornalistas, e até mesmo vereadores, deu no que deu. E nós vamos mostrar, ao longo do ano, ao longo do debate, ao longo de todo esse processo, que, infelizmente, o atual governo coloca no centro do seu governo a sua preferencialidade, a sua prioridade em defesa do capital. Não foi por acaso que o capital o apoiou – ele está comprometido. Então, queria dizer para a nossa querida Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel que o debate na Câmara é assim mesmo, ele é democrático, pode concordar, pode discordar, mas não devemos levar para o lado da maldade, como se qualquer interpretação oposta é no sentido de agredir o vereador; não, é uma questão de concepção de projeto, de esquerda, de centro, de direita. Agora, me admira muito o Ver. Janta, que foi um sindicalista, mas agora mudou de lado, porque ele defendeu aqui o governo e o patrão. E foi presidente do sindicato dos comerciários. Olha como a vida muda, meu Deus do céu! Então, nesta Câmara, tudo se passa, e a gente percebe que é uma grande escola para os que estão chegando; para nós que já estamos aqui há um bom tempo, muitas vezes nos decepçamos com posições adversas por um comprometimento claro e preciso com o governo o qual ele apoia. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Jonas Reis (PT):** Presidente, como fui citado na fala da Ver.<sup>a</sup> Mariana Pimentel, só queria destacar aqui que nós estamos no plenário, nós estamos aqui para trazer as nossas ideias, aqui não estamos para trazer questões pessoais – fica chato essa perseguição à minha pessoa. Vamos tratar das ideais, do veto, do parecer do veto que a senhora escreveu – é disso que nós estamos tratando. Eu estou tratando disso – na vida pessoal, isso aí é outra história, isso é para fora do plenário, cada um tem sua liberdade. Aqui nós estamos para representar o povo e as ideais que nos trouxeram até aqui. A senhora é neoliberal – eu não sou! A senhora é a favor *do homeschooling*, eu não sou.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 018/20, com Veto Parcial.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Boa tarde a todos. Eu estava acompanhando os debates, ouvi as falas dos vereadores Oliboni, Jonas, e gostaria de pontuar algumas considerações, principalmente sobre a fala do Ver. Jonas. Ele mencionou que a descentralização da confecção da carteirinha escolar poderia ser benéfica, tanto para o estudante, quanto para o movimento estudantil, porque essa competição permitiria que o estudante pudesse escolher qual é o melhor lugar para ele buscar sua carteira, buscar auxílio, fazer entrega de documentos, diminuindo, inclusive, a necessidade de deslocamento. Eu aplaudo essa opinião, digo que concordo com ela 100%, só não entendo por que essa mesma lógica não é utilizada quando se fala sobre permitir a concorrência nos serviços públicos, que muitas vezes não são satisfatórios ao cidadão. Eu, particularmente, no tocante à questão do transporte público, sou a favor da liberação de novos modais de transporte, como no caso de transporte por microbacias, por *vans*, como mototáxi, sou a favor dos aplicativos e de outras inovações que podem surgir, mas que a gente ainda não conhece, porque entendo que o poder de decisão tem que estar na mão daquele que vai usufruir do serviço. E quando eu ouvi o Ver. Jonas falando que o veto é importante porque ele aumenta a possibilidade de o estudante escolher onde ele pode buscar o seu serviço de confecção de carteirinha estudantil, eu fiquei surpreso – até parabeno o vereador por isso – e peço para que ele estenda esse entendimento para as demais áreas que são discutidas aqui na Câmara de Vereadores, como por exemplo, na questão da Procempa, em que se fala sobre a necessidade de aumentar a concorrência dentro da prestação de serviço, de modo a garantir um aperfeiçoamento mais ágil das tecnologias que servem ao Município de Porto Alegre, bem como na prestação de serviço, através de UPAs e postos de saúde que podem contratualizar para gerar um atendimento um pouco mais ágil, gerando, inclusive, a competição entre os postos, de modo a garantir que aqueles que prestam melhor atendimento possam ser mais bem remunerados. Então, só queria pontuar que concordo com fala do Ver. Jonas; e, por concordar, convido ele a estender esse entendimento também para as demais áreas, não somente naquelas áreas que beneficiam os movimentos estudantis que a gente sabe, têm grande vínculo com os partidos de esquerda. A gente sabe que, aqui, no Brasil, quem domina esse movimento estudantil, hoje, é o PT, PCdoB, PSOL, que embora não tenham participação institucional, a gente sabe que acaba sendo como um ponto de detecção e exploração de qualidades de lideranças que futuramente acabam participando da política institucional, como é o caso aqui de muitos vereadores – e não é uma crítica, só uma construção; por isso acho que é importante pontuar essa questão. Só sobre a nossa *live* que está surgindo aqui, está sendo transmitida ao vivo no You Tube, eu pude perceber que hoje muitas entidades estudantis estão acompanhando a nossa manifestação, o nosso trabalho do dia de hoje, obviamente porque essa votação tem capacidade de manter o financiamento dessas entidades estudantis. Quero só observar os comentários – só observar – que estão surgindo no You Tube, na Câmara de Porto Alegre, na transmissão ao vivo, a gente

consegue perceber que existe, sim, senão um aparelhamento, um alinhamento ideológico dos movimentos estudantis com o PT, PCdoB e PSOL, dando para ver que parece que existe uma certa sincronia de falas a favor daqueles vereadores que são desses partidos e contra os vereadores que se opõem a esses partidos. Então, só uma observação que gostaria de postar aqui para que fique claro que existe, sim, a necessidade de fazer a competição, mas que essa competição tem que ser estendida a outros meios de governança e não somente aqueles que beneficiam os partidos políticos de esquerda. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal o PLE nº 018/20, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** o projeto por 20 votos **SIM** e 14 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Parcial.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro aprovado o PLE nº 018/20 e rejeitado o Veto Parcial.

**Vereador Jonas Reis (PT):** Nessa votação, eu acompanhei o Sebastião Melo, votei “não”, para dar um apoio para ele.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Eu votei “não”, e acho que é importante que aqueles que votaram para acompanhar o governo, neste caso, para dialogar e para aumentar o diálogo.

**Vereador Alexandre Bobadra (PSL):** Presidente da Casa, colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, pelos estudantes de Porto Alegre votei “sim” pela derrubada do veto.

**Vereador Cassiá Carpes (PP):** Pelo deboche e desrespeito do Jonas, eu votei “sim”.

**Vereador Pablo Melo (MDB):** Devido à fala de alguns vereadores, eu que ia com o veto, eles me deram a razão para derrubar o veto. Então, votei “sim”.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h53min.)

\* \* \* \* \*